



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 34 - Nº 678 - DE 27 DE NOVEMBRO A 11 DE DEZEMBRO DE 2022 - R\$ 5,00

## **Nove meses de guerra na Ucrânia**

### **Novos sinais de agravamento da crise mundial**

**SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA PODE DAR UMA SOLUÇÃO PROGRESSIVA À GUERRA DE DOMINAÇÃO**

**Campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)**

**Fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases norte-americanas na Europa, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação.**

### **Transição do governo Bolsonaro ao de Lula reflete a profunda crise política**

Tarefas colocadas desde já: propagandear e agitar o programa próprio da classe operária e dos demais trabalhadores; lutar pela independência dos sindicatos e movimentos populares diante do novo governo de frente ampla; combater a ultradireita bolsonarista com a política e métodos da classe operária.

# **Nove meses de guerra na Ucrânia**

*Novos sinais de agravamento da crise mundial!*

O prolongamento da guerra tem sido uma decisão dos Estados Unidos, a qual segue a sua aliança imperialista europeia. O amplo apoio financeiro, militar e político ao governo Zelenski garantiu uma resistência que Putin, provavelmente, não esperava.

O recuo inicial da ofensiva russa a Kiev foi interpretada como uma manobra tática. O fato de as forças russas passarem a controlar a região Leste e Sul da Ucrânia pareceu que se firmara uma consistente posição estratégica. O que permitiu à Rússia declarar a anexação de Donbass. A Putin, poderia ser um trunfo, para o caso de se abrir uma negociação de paz. Mas, para Zelenski, que segue as ordens de Biden, seria exatamente o contrário.

As condições favoráveis à Rússia, com o controle de Donbass e a decretação da anexação, passaram a depender do fracasso da contraofensiva das Forças Armadas de Kiev. A recuperação de Kherson, portanto, estabeleceu um novo desequilíbrio desfavorável à Rússia. A reconquista de parte do Leste pelas tropas ucranianas evidencia o quanto importante tem sido o municionamento de armas avançadas e o farto financiamento pelo imperialismo ao governo de Zelenski.

A Rússia tem capacidade militar para interceptar o carregamento de armas, que se realiza principalmente pela fronteira da Polônia com a Ucrânia, mas não o faz para evitar que a OTAN passe da intervenção indireta à direta. De maneira que a retomada de Kherson animou o imperialismo a insistir no prolongamento da guerra, que, iniciada em 24 de fevereiro, chega ao seu nono mês.

Vozes que vêm das próprias hostes das potências chegaram a dizer que é preciso começar a pensar em uma solução para a guerra. Nesse sentido, foi interpretada a visita do chanceler alemão, Olaf Sholz, à China, logo após Xi Jinping ser mantido no poder pelo XX Congresso do Partido Comunista. Acompanhado de uma comitiva formada pelas mais poderosas multinacionais, a mensagem do chanceler foi a de que a Alemanha estava disposta a conservar as relações econômicas com a China, mas que o governo chinês deveria ajudá-la a manter a Rússia isolada. A questão ucraniana, assim, poderia ser equacionada com a mediação das autoridades chinesas.

O encontro de Biden com Xi Jinping, por sua vez, serviu para pressionar a China no sentido de condenar um possível uso de armas nucleares pela Rússia. O chefe do imperialismo se valeu do encontro para fazer propaganda em favor de sua política que empurrou a Ucrânia e a Rússia à guerra. E alertar o governo chinês de seu papel em coibir o avanço de experimentos nucleares pela Coreia do Norte. Não há dúvida de que a guerra comercial do imperialismo norte-americano se ampliará e potencializará ainda mais a escalada militar.

Com o palavreado de concorrer pacífica e cooperativamente, Sholz e Biden mostraram que a China deve manter-se afastada da guerra na Ucrânia. O seu prolongamento joga contra a Rússia, embora o povo ucraniano esteja sofrendo os horrores do confronto. Quanto maior for o isolamento de Putin, maior será a probabilidade de se sujeitar a uma finalização da guerra sem obter seu objetivo principal, que é o de estancar o cerco imperialista à Rússia.

Tais pressões ocorreram precisamente quando a retomada de Kherson levou os estrategistas russos a intensificarem os bombardeios à infraestrutura ucraniana de energia. Espera-se que, com a chegada do inverno rigoroso, a contraofensiva de Kiev se enfraqueça. São movimentos táticos de guerra que se

realizam sem que a classe operária e os demais explorados tenham podido responder com seu programa e métodos revolucionários, considerando que se trata de uma guerra de dominação. Isso devido à profunda crise de direção do proletariado.

É nesse marco que o imperialismo reforça os aparatos da OTAN, apesar de, até o momento, evitar intervir diretamente na guerra e generalizá-la na Europa. O episódio de um míssil extraviado atingir a Polônia, causando mortes, foi contornado devido à comprovação de que havia sido disparado pelas próprias Forças Armadas ucranianas. Zelenski procurou explorar o fato, pedindo maior participação da OTAN na guerra. O capacho do imperialismo sabe que a Ucrânia está servindo de bucha de canhão para os objetivos econômicos, militares e políticos dos Estados Unidos. Desde que consiga armas mais sofisticadas e convencer o povo ucraniano de que pode vencer a guerra, não tem interesse de procurar um caminho para a solução do confronto bélico. Eis por que o prolongamento da guerra é mantido a qualquer custo.

O governo de Zelenski e a oligarquia ucraniana, que se beneficiaram da liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da restauração capitalista, caminham no sentido de sujeitar a Ucrânia aos ditames dos Estados Unidos e da União Europeia. E, se não for assim, a Ucrânia poderá ser desmembrada. A possibilidade de se sujeitar inteiramente à Rússia, que para isso teria de vencer a guerra, é a menos provável.

A Inglaterra acaba de anunciar o envio de helicópteros Sea King e peças de artilharia. Depois dos Estados Unidos, é o maior financiador de Zelenski. A Polônia confirmou que serão instalados o sistema antimísseis Patriot, portanto, o que há de mais avançado. A Eslováquia já presta esse serviço ao imperialismo. Justamente Sholz, que se encontrou com Jinping e se referiu à paz, é o responsável por fornecer o modelo PAC-3 Patriot alemão. Embora portavozes da OTAN digam que se trata de uma medida preventiva, na verdade, o imperialismo está seguindo o cálculo de que a guerra poderá ultrapassar o terreno da Ucrânia e acabar colocando, finalmente, um confronto direto da aliança imperialista com a Rússia.

A crise tomou uma proporção mundial tal que os Estados Unidos ameaçam intervir no Irã, caso continue a auxiliar a Rússia e a avançar em seu projeto de arma nuclear. Ocorre o mesmo com a Coreia do Norte. A pressão sobre a China, evidenciada no encontro de Sholz e Biden com Jinping, expõem os novos sinais de agravamento da guerra na Ucrânia e de seus reflexos mundiais.

A camisa de força que impede a classe operária de se manifestar e apresentar um curso revolucionário e progressivo à guerra deve ser rompida, caso contrário continuará a prevalecer o curso da barbárie. Um bom sinal nesse sentido tem sido as greves e manifestações em vários países da Europa, que devem superar os limites das reivindicações econômicas. A crise de direção explica por que ainda não se deu um salto de qualidade no movimento dos explorados, que tem diante de si a tarefa de lutar pelo fim da guerra. No momento em que a luta de classes tomar esse caminho, virão à tona as bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Eis: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases norte-americanas na Europa, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação.

# Primeiros obstáculos à governabilidade de Lula

Setores a burguesia pressionam para que Lula se apresse em apresentar o novo ministro da economia. A recente queda na Bolsa de Valores e a elevação do dólar foram interpretadas como uma reação do “mercado”, ou seja, do capital financeiro, no sentido de indicar ao presidente eleito que deve colocar à frente da pasta da economia um político que esteja afinado com os rigores do controle fiscal e da busca de superávit primário. Em outras palavras, que estabeleça uma diretriz de governabilidade condicionada ao cumprimento das exigências da gigantesca dívida pública.

Eis por que a primeira dificuldade deparada por Lula e seu gabinete de transição surge em torno ao “teto de gastos”. Essa entidade chamada de “mercado” se chocou com Bolsonaro justamente porque promoveu custos que acabaram “furando” o teto de gastos. Em sua campanha eleitoral, Lula reconheceu que não poderia se comprometer a manter essa norma, criada no governo de Temer. Mas, contou com a vantagem política de que foi Bolsonaro, com a anuência do Congresso Nacional, que rompeu o limite dos gastos determinado pela lei.

O que os banqueiros e credores da dívida pública querem ter claro é o compromisso do novo governo de não exorbitar nos dispêndios muito acima do teto já rompido. O problema está em que Lula tem de iniciar seu mandato presidencial mostrando à população pobre e miserável que cumprirá sua promessa de manter o valor de R\$ 600,00 do “Auxílio Brasil”, que voltará a ser chamada de “Bolsa Família”. Por sorte, Bolsonaro também havia feito a mesma promessa. O que permite uma certa unanimidade no Congresso Nacional de que é necessário manter a palavra dos dois concorrentes que polarizaram o país nas eleições.

Mas, Lula foi além, acenou também com um aumento real do salário mínimo de 1,4%, que, apesar de raquítico, não é aceitável por uma parcela importante dos capitalistas. Enfim, há um conjunto de promessas de Lula, voltado às camadas miseráveis, que não cabe na previsão orçamentária montada por Bolsonaro e aprovada pelo Congresso Nacional. Previsão essa que, para 2023, será menor que os gastos de 2022. Se Lula tivesse de cumprir o orçamento previsto, já no início de seu governo estaria quebrado.

Os petistas e aliados, liderados pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin, apresentaram uma porta de saída com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. Abriu-se, assim, uma intensa movimentação nos meios partidários e empresariais. Os mais variados interesses convergiram para definir até que ponto se fará uma concessão ao novo governo e até onde se poderá amarrar as suas pernas e mãos.

Lula almeja um valor acima do teto que lhe permita liberdade de ação. Os aliados que vêm da terceira via querem mantê-lo em aperto. E parcela dos aliados de Bolsonaro no Congresso Nacional, mais identificada com o Centrão, vê a oportunidade de tirar vantagens políticas, como é o caso do presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira, do PP.

Tudo indica que será muito difícil a Lula alcançar um valor próximo de R\$ 200 bilhões, que lhe daria uma margem de governabilidade suficiente para manobrar em meio à crise econômica e política, que tende a se agravar no próximo ano. Se se chegar a um acordo de R\$ 136 bilhões, estimados como compatíveis com o orçamento em relação ao PIB, poderá ser comemorado pelo grupo de economistas, formado para auxiliar no processo de transição.

A entrada em cena de um aliado de última hora, o senador

Tasso Jereissati, do PSDB, apresentando uma PEC que mantém o teto de gastos e que apenas o eleva permanentemente no valor de R\$ 80 bilhões, assinalou a intervenção dos setores burgueses, que trabalham por dar sobrevida a essa norma montada no governo Temer. Nesse emaranhado da transição, como se vê, emergem as forças que condicionarão a governabilidade de Lula, e porão limites à ascendência do PT e aliados, como PSB, PCdoB, Rede e PSOL, sobre a máquina estatal.

A esperança de Lula e de parte considerável da direção do PT, de montar um governo de frente ampla, capaz de unir os interesses do “mercado” com as necessidades de 33 milhões de brasileiros miseráveis e famintos, nasceu morta. Na realidade, trata-se de uma esperança hipócrita dos reformistas, que se encontram profundamente integrados ao Estado burguês e comprometidos com o grande capital.

---

***A esperança de Lula e de parte considerável da direção do PT, de montar um governo de frente ampla, capaz de unir os interesses do “mercado” com as necessidades de 33 milhões de brasileiros miseráveis e famintos, nasceu morta. Na realidade, trata-se de uma esperança hipócrita dos reformistas, que se encontram profundamente integrados ao Estado burguês e comprometidos com o grande capital.***

---

Mas, é do interesse de uma fração capitalista influente no funcionamento das instituições estatais e nas decisões governamentais que Lula consiga ludibriar a classe operária e os demais explorados com seu programa assistencial. A manutenção dos R\$ 600,00 do Bolsa Família e outros programas de “inclusão social” continuará sendo uma arma contra a revolta da maioria oprimida. O que será difícil de contornar – se não impossível – é o alto desemprego, as pressões inflacionárias, o rebaixamento do valor médio da força de trabalho, e a deterioração geral das condições de existência das massas.

É bem provável que as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), de que a economia mundial terá uma queda, e de que boa parte dos países enfrente uma recessão, se confirme. Lula não poderá repetir seus dois mandatos anteriores, em que teve a seu favor as condições econômicas, para, assim, ludibriar os explorados com a historietta de que todos passariam a comer três refeições ao dia, e de que a fome seria finalmente combatida e erradicada. A historietta de que tirou o país do “mapa da fome” ainda pôde lhe servir de bandeira eleitoral, voltada à parópsia burguesia e às camadas da classe média que não seguiram o bolsonarismo. A maior probabilidade é que o véu da demagogia reformista será rasgado sem muita demora.

Quanto mais cedo a vanguarda com consciência de classe erguer uma oposição revolucionária ao governo Lula e da frente ampla, mais claro ficará para a maioria oprimida que a troca de um governo burguês por outro não muda sua condição escrava do capital e sua situação de pobres, miseráveis e famintos. Os explorados estão muito distantes das manobras, jogos e intrigas palacianas. Mas, estarão atentos quanto a tudo que o novo governo fizer a favor do patronato e contra os trabalhadores.

Lula foi eleito sobre a base de uma polarização política das mais profundas dos últimos tempos. A crise econômica e a situação de miserabilidade de milhões de brasileiros não permitirão superar a divisão criada pelas próprias forças dominantes, que emergiram do seio da burguesia em decomposição. A ultradireita continuará a se potencializar em meio ao temor da classe média sobre o seu futuro incerto. E as variantes de centro-direita que vierem a compor o governo de frente ampla logo se verão diante das dificuldades de garantir a estabilidade do novo go-

verno, cuja governabilidade se chocará inevitavelmente com as necessidades da classe operária e da maioria oprimida. Essa é a previsão mais provável.

A vanguarda com consciência de classe tem pela frente um campo favorável para desenvolver a propaganda e a agitação em torno ao programa próprio do proletariado e para avançar na tarefa histórica de construir o partido marxista-leninista-trotskyista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

## UMA CLARA INSUBORDINAÇÃO DA CÚPULA MILITAR

A Aeronáutica marcou para 23 de dezembro a entrega de seu cargo, sendo que a posse de Lula ocorrerá em 1º de janeiro. Segundo informação, o mesmo movimento está se passando com o Exército e a Marinha. Se, de fato, assim ocorrer, os novos oficiais-generais já estariam empossados antes de Bolsonaro transferir a presidência ao novo governo. Essa antecipação se daria antes da posse do novo ministro da Defesa, que, como anunciou um membro do gabinete de transição, Aloísio Mercadante, será civil.

Como os comandantes do candidato derrotado se envolveram nas eleições, o PT entende que essa movimentação atípica é uma forma dos militares manifestarem apoio a Bolsonaro. Essa interpretação é possível. Mas, é muito mais do que um louvor ao ex-presidente, que tanto favorecimento prestou às Forças Armadas e, em particular, à oficialidade. Bolsonaro locupletou os cargos de Estado com militares de várias patentes. Estimam-se seis mil postos. O fundamental está em que os comandantes bolsonaristas realizam um gesto de insubordinação. Seguem a posição de Bolsonaro de não participar da cerimônia de entrega da presidência ao seu adversário.

Como o golpe de Estado em 2016, a instalação da ditadura civil transitória de Temer e a chegada de Bolsonaro à presidência em 2018, os oficiais-generais retomaram seus postos no comando da governabilidade, que haviam perdido com o fim da ditadura militar. Uma das medidas foi substituir na pasta da Defesa um civil por um militar. Reconstituíram-se os aparatos de informação, do tipo Abin, e abriram caminho para agigantar a influência das Forças Armadas em todas as esferas da governabilidade.

Diante do movimento golpista dos caminhoneiros e dos pro-

testos em frente aos quartéis, exortando a intervenção militar, os oficiais bolsonaristas foram condescendentes. Somente não ultrapassaram a atitude de apoio político aos bloqueios de estrada, porque as condições não lhes permitiam recorrerem ao um golpe de Estado. Não se sabe ainda, se as demais forças vão seguir a decisão do comando da Aeronáutica. De qualquer forma, o sinal de insubordinação está indicando a profundidade da crise política e institucional, em meio à qual se processou a radical polarização eleitoral e a vitória muito apertada de Lula.

Os primeiros passos de formação do novo governo evidenciaram a fragilidade do PT e dos aliados de esquerda, que acabaram ficando inteiramente nas mãos de uma frente ampla com os velhos partidos oligárquicos e de centro-esquerda. Tudo indica, também que o governo de Lula estará propenso a submeter à tutela das Forças Armadas.

O problema está em que as organizações operárias – centrais e sindicatos – estão completamente controladas pelo PT e aliados. A luta pela independência organizativa e política do movimento sindical e popular ganhará dimensões mais dramáticas nos marcos da crise política, que tem tudo para se agravar ainda mais. A imediata defesa do programa de reivindicação da classe operária e dos demais explorados diante do governo Lula é a base e o ponto de partida para a organização da resistência operária e popular às medidas que continuarão a descarregar a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida. É também o meio pelo qual a vanguarda com consciência de classe combaterá as tendências direitistas e fascizantes do bolsonarismo.

## Até onde chegou o golpismo bolsonarista

Valdemar Costa Neto, chefe do PL, moveu uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), objetivando a anulação dos votos computados em 279,3 mil urnas eletrônicas. Segundo a petição, houve falhas no sistema. O PL se baseou em um relatório de um tal Instituto Voto Legal, sob a responsabilidade de um tal engenheiro Carlos Rocha. Costa Neto declarou que não se tratava de uma ação do PL, provavelmente porque houve divisão em suas fileiras.

Eis por que esse fato foi ridicularizado pelos petistas e criticado pelos peessedebistas. Não houve como se tomar a sério nos noticiários da imprensa. A opinião geral é de se trata de uma iniciativa natimorta. O TSE, em vinte e quatro horas, negou o pedido. Qualificou-o de se uma peça baseada em “falsos argumentos” e de “má-fé. Como punição, o ministro Alexandre de Moraes aplicou uma multa pesada à coligação formada pelo PL. Quanto a Costa Neto, determinou uma investigação sobre financiamento de “movimentos antidemocráticos”. É bem provável que não dê em nada. Mas, a sanção ao partido

que passou a ter a maior bancada no Senado e na Câmara de Deputados reflete a profunda crise política, que tem tudo para se agravar sob o governo de Lula.

O episódio, apesar de grotesco, não deve ser simplesmente menosprezado. O PL foi o partido que mais elegeu deputados, e conseguiu uma considerável bancada de senadores. Sua influência política não deve ser desconsiderada. Assenta-se em setores da burguesia oligárquica, em camadas populares e em aparatos das igrejas evangélicas. Esse raio de ação política abrange militares, policiais e instituições típicas da sociedade civil.

As condições para que Bolsonaro e seus generais reagissem à derrota com um golpe não estiveram dadas. Mas, nem por isso, deixaram de abrir caminho nesse sentido. Não por acaso, Costa Neto e o PL tinham na gaveta uma ação para anular as referidas urnas, que seria o mesmo que anular as eleições.

Bolsonaro fez o que estava ao seu alcance para evitar que as eleições ocorressem por meio das urnas eletrônicas. Não con-

seguiu se impor. Os seus generais intervieram paralelamente ao TSE, para controlar o processo de votação. Não conseguiram provar fraude. Um grupo de empresários bolsonaristas organizou junto aos caminhoneiros os bloqueios de estradas em praticamente todo o país. E um contingente de manifestantes se postou diante dos quartéis.

A bandeira de anulação das eleições e de intervenção das Forças Armadas tremulou no movimento claramente golpista. Agravou-se a crise política, em que se puseram em conflito poderes do Estado. Não derivou em confrontos generalizados entre as próprias forças burguesas polarizadas eleitoralmente, devido ao peso maior da fração burguesa, circundada pelo imperialismo, pender para a legalidade, a concórdia e a posse do novo governo. O Legislativo e o Judiciário expressaram esse peso antigolpe, aos quais seguiu quase toda a imprensa.

Sem dúvida, desde as manifestações de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, os atuais bloqueios e as manifestações em quartéis refletiram a mais profunda crise política. O pedido de Costa Neto ao TSE estava na gaveta. Não tendo como servir de peça a um golpe, que para tal teria de contar com a movimentação dos militares, acabou sendo anunciada após a dispersão dos bloqueios. Em alguns estados, principalmente no Mato Grosso e Santa Catarina, também fracassou a tentativa de reerguer os bloqueios, o que daria base para a ação do PL.

Esse processo demonstra que não se pode desconsiderar a enorme importância do movimento golpista, encabeçado pela ultradireita, simplesmente pelo fato de que as condições para um golpe não estivessem dadas. O fundamental está em que

o retorno de Lula à presidência foi precedido pela gestação de um golpe. Tudo indica que fracassou a tentativa, mas o germe do movimento de ultradireita fascizante permanece.

Fracassou ou vai fracassar a via do golpe, devido à própria divisão interburguesa e à posição contrária do imperialismo. Distintamente seria, se fracassasse devido à intervenção da classe operária e dos demais explorados contra a movimentação da ultradireita e de sua tendência fascizante.

A passividade das camadas populares contrárias ao golpismo se deve precisamente à subordinação do PT, da sua aliança eleitoral, do Lula e da burocracia sindical à divisão interburguesa e à institucionalidade. Aí se encontra parte significativa do motivo da passividade que reinou nas fábricas, nos bairros, nas escolas, no campo, etc. Um passo que o proletariado desse, ainda que em defesa das liberdades democráticas e contra o movimento golpista, abriria caminho à luta de classes e colocaria a necessidade de se organizar no campo da independência política.

Esse processo de conjunto assinala que a crise política vai se agravar ainda mais sob o governo de Lula. A vanguarda com consciência de classe deve guiar-se pela defesa, propaganda e agitação do programa próprio dos explorados. A estratégia que guia as lutas é a da revolução e ditadura proletárias, a do governo operário e camponês. Somente com as bandeiras que unificam e mobilizam a classe operárias, os demais trabalhadores e a juventude, se pode combater, de um lado, o governo burguês de Lula, e, de outro, a ultradireita golpista. Essa, tudo indica, é a mudança de situação que exigirá da vanguarda os ajustes táticos no próximo período.

## Lula se curva diante de uma das primeiras imposições do imperialismo

Ian Goldfajn foi eleito para presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o petista Guido Mantega foi execrado. A derrota do ex-ministro Mantega de Lula e de Dilma Rousseff foi rápida e incisiva. Ao se pronunciar contra a candidatura de Goldfajn, o histórico economista do PT se chocou com a anuência dos Estados Unidos e com a dos próprios aliados, que caminham por constituir um governo de frente ampla sob a presidência de Lula.

Paulo Guedes apadrinhou Goldfajn, que no passado foi apadrinhado pelo ex-ministro Henrique Meirelles, para ocupar a presidência do Banco Central. Trata-se de um homem do capital financeiro, cuja carreira chegou até mesmo ao FMI.

O governo norte-americano tem enorme apreço aos serviços prestados por Goldfajn ao imperialismo.

Isso explica a votação de 80,1% dos 28 países associados ao BID. As pressões foram tamanhas que outros governos, a exemplo do argentino, retiraram a sua indicação, para se perfilarem à candidatura do brasileiro.

Mas, o fundamental se encontra na posição de Lula e da direção petista, que rechaçaram a iniciativa de Mantega, que advogou o adiamento da decisão até que se instalasse o novo governo no Brasil. O ex-ministro alegou que não cabia ao governo Bolsonaro indicar o nome para concorrer à presidência do BID. Evidentemente, todos viram como um despropósito a exortação de Mantega.

Esse episódio tão somente indica como funciona a política burguesa nos países semicoloniais. O BID foi fundado em 1959, e sua sede montada em Washington. A iniciativa coube aos Estados Unidos, que criaram

o banco interamericano como braço financeiro da maior potência na América Latina. Trata-se de mais um meio pelo qual o imperialismo norte-americano exerce sua influência e poder sobre os Estados latino-americanos e os governos de plantão.

Eis por que o pleito de Mantega evidenciou puerilidade política. Criou um embaraço momentâneo a Lula, que sabia perfeitamente que nada poderia fazer. Além de tudo, pouca diferença faria, se indicasse um outro nome, que somente seria aceito se referendado por Washington. Ninguém duvida que, em última instância, o nome de Goldfajn foi negociado nos bastidores da Casa Branca. A indicação de Guedes não passou de formalidade. A importância do incidente está em que expõe a submissão de Lula e do PT aos desígnios do imperialismo norte-americano.

# Direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC negocia mais um acordo de demissão e terceirização

*É preciso dar um basta a esses traidores da classe operária*

Em assembleia realizada no dia 12 de novembro, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC traiu mais uma vez a classe operária, ao defender a proposta da Mercedes, que demite 2.200 operários efetivos e 1.400 contratados. Sem a ajuda dessa direção pelega, dificilmente a multinacional conseguiria demitir 3.600 trabalhadores, sem luta, sem nenhuma resistência.

*Diante da desconfiança e revolta de uma parcela de operários, a direção do sindicato convocou uma assembleia, e paralisou o primeiro turno, apenas o setor da logística, que será terceirizado. Usou o método do patrão: dividindo os trabalhadores, colocando os efetivos contra os contratados. Dividir os operários, colocar medo, mentir, tudo isso o sindicato fez para aprovar a proposta da Mercedes.*

Na primeira assembleia realizada no pátio da fábrica, na qual o sindicato informou o plano da Mercedes, os operários mostraram que estavam dispostos a fazer a luta, ao aprovarem a paralisação da produção por 3 dias. Para a direção do sindicato, era apenas um teatro. Queria enganar os operários, fingir que defenderia os empregos, que seria contra as demissões. Na verdade, já tinha planejado como faria para aprovar o acordo de terceirização e demissão. Ou seja, defenderiam paralisação, e depois desapareceriam do chão-de-fábrica. Deixando, assim, a empresa fazer todo tipo de terrorismo sobre os operários. Alguns diretores se limitavam a dizer, nas áreas, que o sindicato estava negociando com a empresa. Enquanto isso, a montadora realizou várias reuniões internas, pressionando os trabalhadores a aceitarem as demissões. E a direção do sindicato, por outro lado, também, preparava o desfecho, fazendo plenárias para convencer de que o caminho era aceitar o acordo, caso contrário, a Mercedes poderia fechar.

Diante da desconfiança e revolta de uma parcela de operários, a direção do sindicato convocou uma assembleia, e pa-



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário - Ano XVIII - 12 de novembro 2022  
(11) 95446-2020 -- nossa.classe@hotmail.com -- www.pormassas.org -- @massas.por

## Nada de acordo de demissões! Defender os empregos com luta!

Companheiro metalúrgico, tudo indica que a direção de nosso sindicato negocia um acordo com a Mercedes-Benz de demissão de 3.600 operários. Hoje, em assembleia fechada na sede do sindicato, vamos saber o que de fato está acontecendo. Por que fazer uma assembleia fechada? Deveria ser feita no pátio da fábrica. Todos os metalúrgicos devem participar!

Não podemos aceitar as negociatas montadas às nossas costas. A multinacional alemã não vai renunciar às demissões, a não ser que nós operários estejamos unidos em defesa dos postos de trabalho.

Para a empresa, as demissões servem para aumentar os seus lucros. Para os trabalhadores, as demissões levam ao desemprego, ao empobrecimento e a grandes dificuldades para a família. Eis por que devemos dizer não à fajuta assembleia feita entre quatro paredes. Devemos dizer não a qualquer acordo de demissão! E devemos defender a convocação da assembleia com paralisação do trabalho, a ser realizada no pátio da Mercedes.

### O Boletim Nossa Classe vem até os metalúrgicos defender:

- 1) Não a um acordo de demissão;
- 2) Pela realização de uma assembleia democrática na porta da fábrica;

ralisou o primeiro turno, apenas o setor da logística, que será terceirizado. Usou o método do patrão: dividindo os trabalhadores, colocando os efetivos contra os contratados. Dividir os operários, colocar medo, mentir, tudo isso o sindicato fez para aprovar a proposta da Mercedes. Mas, foram mais longe. Para impedir qualquer possibilidade de rejeição do acordo, a direção não realizou a assembleia no pátio da fábrica com todos os trabalhadores, como deveria fazer qualquer direção que realmente quisesse defender os empregos. Fez a assembleia na sede do sindicato, no sábado.

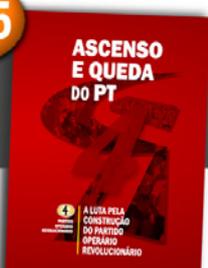
Aroaldo, diretor do sindicato, apresentou a proposta. Logo no início, falou a primeira mentira, ao dizer que o principal objetivo das negociações era o de garantir o futuro da fábrica e dos empregos. Na realidade, o acordo só garante o futuro e os lucros da Mercedes. O acordo permite à empresa reduzir seus custos, terceirizando e demitindo 3.600 trabalhadores. Em seguida, Aroaldo, com a maior desfaçatez, disse que o principal objetivo do sindicato foi garantir o futuro da fábrica, e que a empresa está propondo uma reestruturação.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

## ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Depois, veio a segunda mentira, ao dizer que todos os trabalhadores afetados serão recontratados pela empresa terceirizada e, assim, realocados na fábrica. Trata-se de uma velha manobra para enganar os tolos. Porque, depois de aprovado o acordo, os burocratas somem do chão-de-fábrica, e deixam a empresa fazer todo tipo de pressão, até atingir a meta de demissão. Basta lembrar o que ocorreu na Volks, quando os burocratas falaram a mesma mentira, para aprovar o acordo que permite à Volks demitir 5 mil metalúrgicos até 2025, o Wagnão, na época presidente do sindicato, falou que só sairia quem quisesse, que o PDV seria voluntário. A Volks colocou os trabalhadores em lay-off, e logo começou a mandar embora companheiros com doenças profissionais, com estabilidade no emprego, etc.

O burocrata Aroaldo, diante dos operários da Mercedes, retomou a mentira de que os 1.400 trabalhadores que terão os contratos encerrados em dezembro voltariam para a empresa, caso houvesse a recuperação da economia. Se não defende os empregos agora, como irá garantir depois os empregos para esses demitidos?

Para que o acordo fosse aceito, Aroaldo começou a mostrar a quantia de dinheiro que os trabalhadores receberiam com o PDV. Isso para criar uma expectativa em torno da possibilidade de receber uma rica indenização. Uma conduta própria das propagandas empresariais.

Está aí o retrato fiel de burocratas que não guardam mais nenhuma relação com a vida dos operários, que há muito não defendem os empregos e os salários, que aceitam acordos de redução salarial, fechamento de fábrica e de demissões. Torna-

ram os impulsionadores da política burguesa, do patronato, no seio da classe operária.

As centenas de operários que compareceram à assembleia no sindicato ouviram as mentiras dos dirigentes, mas não viram alternativa, a não ser se calar diante do acordo traidor. Assim, sem uma votação explícita, a direção do sindicato anunciou o resultado favorável ao acordo de demissão de 3.600 operários da Mercedes.

Os militantes do Partido Operário Revolucionário, por meio do Boletim Nossa Classe, denunciaram, desde o início, o plano da montadora, e defenderam a luta contra as demissões. Defenderam a bandeira: “Emprego não se negocia! Defende-se com a greve, com a ocupação da fábrica e com o controle operário da produção!”. Chamaram a lutar pela redução da jornada, sem redução de salários. Pela estatização, sem indenização da Mercedes e demais empresas que ameaçarem demitir. Que o sindicato convocasse a assembleia geral dos metalúrgicos para enfrentar as demissões na Mercedes, Volks, GM e demais empresas. Que as centrais e sindicatos convocassem um Dia Nacional de Lutas, com paralisação e manifestações, como preparação para greve geral. Mas a burocracia ainda exerce forte controle sobre os operários, inclusive ameaçando os distribuidores do Boletim Nossa Classe. No entanto, essas duras experiências servem para a vanguarda com consciência de classe tomar para si a tarefa de constituir as comissões de fábrica independentes e democráticas, e erguer uma oposição classista e de luta, para expulsar do sindicato essas direções serviçais do patronato e traidoras da classe operária. ■

## Divulgação do Boletim Nossa Classe e jornal Massas na porta da Mercedes

No dia 21 de novembro, os militantes do POR montaram a banca com jornais, livros e o balanço das eleições na Mercedes. Isso permitiu aproximar os operários, que se aproximaram da banca para ver as publicações do partido. Quando era perguntado sobre o acordo que a direção do sindicato assinou com a montadora, que demite 3.600 operários, um operário disse: “O patrão conseguiu dividir a opinião dos trabalhadores, e a direção do Sindicato ajudou nesta divisão”. Outra operária, quando o militante porista perguntou se ela tinha esperança de ser recontratada pela empresa terceirizada que assumirá o setor, ela prontamente respondeu: “Não tenho, é difícil o que está acontecendo”. Outros trabalhadores disseram que ainda não receberam nenhum comunicado sobre a finalização do acordo com a montadora, mostraram dúvida. Mas não faltou aquele que considera que os aposentados devem pegar o PDV e sair da empresa, exemplificando que, na ala da manutenção, metade dos trabalhadores está nessa condição.

Como se vê, o que existe entre os operários da Mercedes é um descontentamento, falta de esclarecimento por parte da direção do sindicato, e divisão. A burocracia sindical, em vez de convocar assembleias, quase que diárias, para mostrar as consequências do acordo de demissão e terceirização, realizou uma assembleia na porta do sindicato para comunicar sua disposição de fechar o acordo com a mon-

tadora. Chegaram ao ponto de dizer que o acordo com a Mercedes era fruto de inúmeras plenárias, e que a função da direção era seguir a decisão dessas plenárias, consideradas como “democráticas”. Enquanto, na fábrica, imperavam a desconfiança, o temor pelo desemprego e a divisão, tão necessária para a imposição de um acordo de demissão e terceirização.

O Boletim Nossa Classe fez campanha contra o acordo. Os militantes que distribuíam os boletins foram agredidos pelos burocratas sindicais, mas não tiveram como modificar o curso traçado desde cima entre a montadora e a direção traidora do Sindicato Metalúrgico do ABC. Essa é uma lição negativa, mas que traz a tarefa de construir a oposição sindical classista e de luta. ■

Adquira com o distribuidor de Massas: R\$ 35

SOCIALISMO  
OU BARBARIE

A Revolução  
Proletária na  
época do capitalismo  
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



SOCIALISMO  
OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO  
PROLETÁRIA  
NA ÉPOCA  
DO CAPITALISMO  
EM DECOMPOSIÇÃO

## Ceará

**Boletim Nossa Classe - novembro**

O Boletim Nossa Classe, do mês de novembro, traz três notas. Eis:

**Os operários devem confiar em suas próprias forças e defender a independência de classe diante dos governos**

As eleições concluíram com a vitória de Lula. Os bolsonaristas tentaram organizar um golpe, mas não tiveram força. O Boletim Nossa Classe se colocou nas eleições chamando os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças, não confiarem nas eleições, a defenderem um programa próprio de reivindicações e a votarem nulo. Diante dos bloqueios bolsonaristas, o Boletim Nossa Classe se colocou contra os golpistas, e defendeu que as centrais, sindicatos e movimentos mobilizassem os trabalhadores, no sentido de derrotar a tentativa da ultradireita bolsonarista de anular as eleições.

Agora, os explorados têm pela frente o dever de defender a independência de seus sindicatos diante do novo governo. Continua válida a bandeira de confiar em nossas próprias forças e lutar pelo nosso programa próprio de reivindicações.

*O Boletim Nossa Classe entende*

*que Lula não atenderá nossas reivindicações e não terá como acabar com o desemprego, a fome e a miséria, que são próprios do capitalismo. Está claro que não revogará a reforma trabalhista, a reforma da Previdência e a lei da Terceirização. E também não elevará o valor do salário mínimo de acordo com as reais necessidades da família trabalhadora. As necessidades da classe operária e dos demais explorados somente podem ser resolvidas por meio da luta contra a exploração do trabalho.*

**Governo diz que inflação terminará o ano abaixo de 6%, mas trabalhadores sabem que o custo de vida está nas alturas**

Segundo estimativas do Banco Central, a inflação oficial (IPCA) deve terminar o ano de 2022 em 5,62%. Para os trabalhadores que ralam para conseguir pagar suas contas e colocar comida na mesa, a situação é bem outra. A inflação dos alimentos, que pesa mais do que qualquer outra no bolso dos operários, está insuportável. Gêneros como arroz, feijão, óleo de soja, carne, verduras estão cada vez mais proibitivos.

Só há uma maneira de se proteger da alta inflacionária: defender o reajus-

te automático dos salários conforme a alta dos preços, que é a Escola Móvel dos Salários. Além disso, a luta por aumento real é uma necessidade urgente. Frente aos salários miseráveis, que mal dão para uma família de 4 pessoas sobreviver, é preciso defender aumento geral dos salários!

*O boletim Nossa classe exige que o Sindicato da categoria esteja presente nas lutas e prepare os trabalhadores para uma firme campanha salarial.*

A terceira nota se refere à **campanha do POR pela reintegração do dirigente sindical “Mancha”**. Diz a nota: Pela Reintegração imediata do companheiro “Mancha”, dirigente do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos (SP), demitido pela montadora GM, numa clara perseguição política. Os patrões não aceitam a liberdade sindical dos trabalhadores, e, qualquer oportunidade que aparece para demitir as lideranças sindicais, os patrões não perdem tempo. O recado que querem passar aos trabalhadores é: quem se aventurar a ser dirigente sindical será mal visto e perseguido. *O Boletim Nossa Classe se soma à campanha pela reintegração de Mancha!*

**Boletim Nossa Classe Ecetista – novembro**

O Boletim de novembro apresenta um conjunto de problemas que os trabalhadores enfrentam na atualidade, e como responder a eles, a partir de um programa de reivindicações e os métodos para atingi-lo. A chamada do Boletim resume esta linha: *“Construir os comitês de luta, erguer nosso programa de reivindicações, apoiar-se nos métodos de luta próprios dos trabalhadores”*.

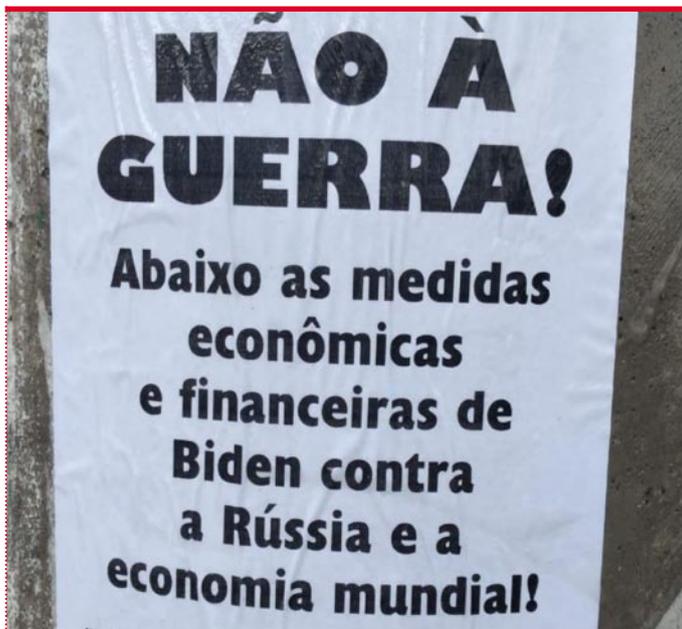
Há, de início, uma apresentação das tendências mais gerais para a economia: alta inflacionária, recessão em nível nacional e mundial e destruição de direitos. Para se contrapor a esta realidade, o Boletim chama os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças e na independência de classe frente aos choques interburgueses.

Com o fim das eleições, temos os dados mais “reais” sobre a inflação, as tendências do emprego, as políticas em relação aos direitos e as empresas estatais. Assim, o Boletim apresenta os dados mais atualizados, para que os ecetistas compreendam que a inflação volta a subir, depois da queda artificial promovida pelo governo Bolsonaro a partir da redução dos impostos sobre os preços das mercadorias (sobretudo, dos combustíveis). O Boletim também demonstra que, apesar dos dados oficiais

do desemprego recuarem, há uma inequívoca precarização e superexploração do trabalho, com o aumento real de empregos sem carteira assinada. Assim, os novos empregos que surgem garantem menor estabilidade e maior exploração da força de trabalho. Esta é a tendência do capitalismo.

O Boletim traz, como nas edições passadas, a necessidade de erguer uma verdadeira “Campanha contra as privatizações”. O fato de Lula ter vencido as eleições não deve despertar ilusões de que a política privatista deve ter sido derrotada, porque ela é parte da política pró-imperialista que todos os governos no Brasil seguem. A bandeira da “Frente única anti-imperialista” deve ser propagandeada, para elevar a consciência de todos os trabalhadores.

Por fim, o Boletim trouxe novamente um conjunto de reivindicações e bandeiras que sintetizam o ponto de partida para um programa de reivindicações de todos os explorados no país, incluindo os ecetistas. Além disso, manteve a Campanha do CERQUI, que é pelo fim da guerra na Ucrânia, e que se materializa em um conjunto de reivindicações que tem sido apresentado desde o início do conflito armado.



## Ceará

**Boletim O Proletário - novembro**

O Boletim 'O Proletário' de novembro chama a atenção para o problema do esgoto e abandono da região conhecida como Campo do seu Pedro, por onde passa, há tempos, um canal responsável por sujeira e mal cheiro. O Boletim traz ainda a denúncia do abandono de algumas ruas, onde o asfaltamento prometido pela prefeitura nunca chegou.

O Boletim também chama os trabalhadores e juventude pobre do bairro a adotarem uma posição de independência de classe frente aos governos Lula e Elmano, e a confiarem apenas em suas próprias forças e capacidade de mobilização. Conclui com um artigo teórico sobre o que são os governos burgueses, e porque os explorados devem combatê-los, defendendo, em seu lugar, um governo próprio dos oprimidos, o governo operário-camponês.

## Pernambuco

**Boletim – O Proletário**

O Proletário (Recife-PE) alerta a não confiar no governo Lula/Alckmin, e chama explorados a confiarem em suas próprias forças. O sétimo número de O Proletário aponta a necessidade de construir os comitês de bairro, explicando que o governo eleito é burguês, e que não poderá resolver os inúmeros problemas que os moradores sentem no dia-a-dia, como desemprego, falta de direitos trabalhistas, alta dos preços, falta de transporte e moradia. O Boletim O Proletário defende a formação dos comitês e assembleias populares, para discutir os problemas das massas e as formas de lutar para solucionar cada um deles.

Apresentamos abaixo o conteúdo dos outros temas:

**Teoria:** O que é um governo burguês? O boletim explica que, no capitalismo, todos os governos são burgueses, mesmo que haja alguns abertamente a favor dos patrões e outros que se escondem atrás da máscara de que cuidarão dos pobres, como o de Lula. Explica que as massas precisam se organizar para fazer uma revolução social, e criar o seu próprio governo, operário e camponês.

**Precariedade na saúde –** O Proletário denuncia as condições dos postos de saúde e hospitais públicos e a peregrinação em busca de medicamentos. Mostra a relação entre o favorecimento da saúde privada e do pagamento da dívida pública e a destruição do SUS. O Boletim O Proletário aponta que é preciso criar os comitês e assembleias para unir forças para lutar pela saúde, por creches e empregos.

**Crise climática –** Recife é capital brasileira mais ameaçada pela "crise climática". O avanço do nível do mar se soma à imensa desigualdade social, que obriga os pobres a morarem nas beiras de rio e morros. A ONU realizou a COP-27, um encontro mundial para discutir o clima. Mas, suas resoluções não passam de enganação. Os governos burgueses, ao proteger os lucros dos capitalistas, são incapazes de usar a ciência

**O Proletário**

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES  
SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



Jornal de Bairro do Partido  
Operário Revolucionário, n. 7  
Recife - Novembro de 2022  
www.pormassas.org  
insta: @massas.por  
☎ 81 9789-6107

acesse nossas redes

**Qual deve ser a posição dos trabalhadores diante do governo Lula?**

As eleições concluíram com a vitória de Lula/Alckmin. Os bolsonaristas tentaram organizar um golpe, mas não tiveram força. O **Boletim O Proletário** se colocou nas eleições chamando os moradores dos bairros proletários e trabalhadores a confiarem em suas próprias forças, não confiarem nas eleições, a defenderem um programa próprio de reivindicações e a votarem nulo. Diante dos bloqueios de estradas feitos pelos bolsonaristas, o **Boletim O Proletário** defendeu que as centrais, sindicatos e movimentos mobilizassem os trabalhadores no sentido de derrotar a tentativa de golpe da ultradireita bolsonarista.

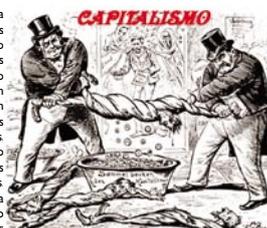
Os bairros proletários foram arrastados pela polarização entre Lula e Bolsonaro. Mas essa divisão não corresponde aos interesses dos explorados. A polarização vem da política burguesa para decidir quem vai gerenciar os negócios dos capitalistas. A divisão que interessa aos trabalhadores é a de classes, separando nossos interesses dos interesses dos patrões. Por isso, precisamos unir a maioria explorada por suas próprias reivindicações. É preciso defender a independência das organizações sindicais, populares e estudantis diante do novo governo. Continua válida a bandeira de confiar em nossas próprias forças e lutar pelos empregos, salário, direitos e as condições necessárias de moradia.

Para governar, Lula tem que fazer muitos acordos com grandes empresários do agronegócio, bancos, indústrias, saúde privada, etc. Não tem como beneficiar os ricos e, ao mesmo tempo, resolver os problemas dos pobres. Enquanto as direções sindicais e populares alimentam ilusões, o **Boletim O Proletário** já alerta que Lula não resolverá os problemas dos bairros pobres. Permanecerão as quedas de barreiras durante as chuvas. Continuaremos sofrendo com o desemprego, a fome e a miséria, que são próprios do capitalismo. Está claro que Lula não revogará a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a lei da terceirização. E também não elevará o valor do salário mínimo de acordo com as reais necessidades da família trabalhadora. O auxílio/bolsa família não tem como atender as necessidades do povo, é preciso que tenha emprego para todos, com salários e direitos trabalhistas.

O **Boletim O Proletário** alerta que as necessidades da classe operária e dos demais explorados somente podem ser resolvidas por meio da luta contra a exploração do trabalho. Essa luta começa em cada local de trabalho, moradia e estudo, por meio dos comitês e assembleias populares. Nesses espaços se discute o problema das massas e as formas de lutar para solucionar cada um deles.

**TEORIA** **O que são governos burgueses?**

São os governos que administram e governam em favor da burguesia, ou seja, da classe dos grandes capitalistas, dos ricos, dos empresários e patrões. No capitalismo, todos os governos são burgueses. Há governos burgueses que são abertamente defensores dos patrões e o dizem claramente, como o governo Temer e o governo Bolsonaro. Há outros governos burgueses que não o dizem abertamente. Falam apenas que governam "para todos" e que farão um governo que também cuidará dos pobres etc, como foram os governos do PT. Porém, os chefes desses governos almoçam com os ricos, participam de suas festas, visitam as federações empresariais e dão subsídios (ajuda financeira) e crédito aos empresários. Os governos burgueses adotam medidas que ajudam os ricos a lucrar cada vez mais. Estes governos pertencem aos ricos e à grande propriedade privada (indústria, comércio, bancos, etc). O governo que não é burguês é o **GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS**. Somente ele é um governo dos



para proteger a natureza e a humanidade. Por isso, os explorados precisam organizar-se para tirar a burguesia do poder, por meio da revolução proletária.

**Viva Zumbi e Dandara:** Pelo fim da discriminação – Mesmo com a abolição da escravatura, os negros não tiveram uma real libertação. Têm os piores trabalhos e locais de moradia, e são o alvo prioritário da violência policial. O Boletim O Proletário defende que a emancipação dos negros oprimidos será obra da luta revolucionária de todos os trabalhadores contra a escravidão capitalista!

**São Paulo**

**Boletim da Corrente Proletária – Saúde**

Publicamos abaixo duas notas que constam no Boletim da Corrente Proletária, voltado à Saúde. A primeira, que leva o título de Política Operária, diz:

“O Sistema Único de Saúde (SUS) vem sendo, cada vez mais, precarizado. A política dos governantes é de privatização da Saúde. A terceirização de serviços nos hospitais, bem como nos postos de atendimento, tem avançado. Ao contrário do que dizem os governos, com a privatização e terceirização, os serviços pioraram. O direito à Saúde, uma das reivindicações democráticas, se tem tornado extremamente restrito às pessoas que dependem da saúde pública. Os trabalhadores da Saúde estão expostos a uma jornada estafante, aos baixos salários e às contaminações. São obrigados a comparecer perante à população pobre como desumanos, ao negar o atendimento por falta de médicos, enfermeiros, remédios, leitos, ambulâncias, etc.

Em São Paulo, o estado mais rico do país, as condições da saúde pública são dramáticas. Em 2020, em plena Pandemia, o governador acabou com a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen). Em outro de 2021, aprovou a Lei 1361, que eliminou inúmeras conquistas dos trabalhadores da Saúde. Agora, o governador eleito, Tarcísio de Freitas, já anunciou seu plano de aumentar a privatização em todos os serviços essenciais, que inclui a Saúde.

*O Boletim da Corrente Proletária na Saúde defende um único sistema de Saúde, público, gratuito, inteiramente sob o controle dos trabalhadores. O que implica a luta contra a privatização e terceirização. E a defesa da estatização de toda rede de saúde privada.*

A segunda traz o seguinte chamado: “Nada cairá do céu. Nossas reivindicações serão conquistadas com muita luta”. Diz: Todos que dependem da saúde pública sentem na pele a falta de atendimento e remédios, enfrentam as longas filas por uma consulta, exames e cirurgias, e sabem o que é ser jogado de um lado para outro, atrás de uma internação. Boa parte fica indignada, mas não vê como mudar essa trágica situação.

Por outro lado, os trabalhadores da Saúde que convivem diariamente com essa dura realidade, também sentem o peso das enormes jornadas de trabalho, dos salários miseráveis, da falta de funcionários e da perda de direitos. Boa parte fica indignada, mas ainda não compreendeu de que é preciso lutar coletivamente. Juntar com a população pobre e ganhar as ruas.

Como se vê, o descontentamento é muito grande. Mas não há uma direção sindical capaz de organizar e unificar essa luta.

*O Boletim da Corrente Proletária chama os trabalhadores da saúde a reivindicar do sindicato a convocação de uma assembleia, amplamente convocadas nos postos de saúde, hospitais, etc. para aprovar o caminho da luta coletiva. Uma luta que necessariamente tem de unificar com a população pobre, que depende da saúde pública e ganhar as ruas. Nada cairá do céu. A saúde pública e as condições de trabalho serão conquistadas por meio da luta direta.*

*O Boletim conclui defendendo o fortalecimento do Comitê de Luta do Jardim Santo André e adjacências. E com a luta contra a fome e miséria, por meio da organização independente dos explorados e de seu programa próprio de reivindicações.*

**São Paulo – Caieiras**

**Empresas terceirizadas dividem os trabalhadores**

*Nossa resposta: unidade dos efetivos e terceirizados para pôr fim à terceirização*

Torres Alimentos, empresa terceirizada que presta serviço para as escolas da Diretoria de Ensino de Caieiras no estado de São Paulo, continua com a faca e queijo na mão, porque conta com a passividade das direções sindicais. Aproveita a situação em que os terceirizados estão desorganizados para dividi-los. Assim, paga o salário para uma parte das merendeiras, e deixa a outra parte sem o salário. Essa manobra da empresa é própria do patronato. No caso, vai além, a Torres utiliza os supervisores para ameaçar as funcionárias que reivindicam o pagamento no dia certo, e que questionam a manobra de pagar uma parte e deixar outra descoberta. As denúncias são várias e constantes, que vão do atraso nos pagamentos e na entrega das cestas-básicas, até a rejeição de atestados médicos de trabalhadores doentes.

A empresa terceirizada abusa cada vez mais de seu poder. Conta para isso com a conivência dos porta-vozes na diretoria de Ensino. Isso porque as reclamações dos terceirizados na diretoria de ensino são constantes, e nenhuma providência é tomada.

O Boletim da Corrente Proletária denuncia a superexploração da Torres Alimentos, e faz campanha pelo fim da terceirização nas escolas, e a contratação imediata dos trabalhadores terceirizados pelo governo do estado, com os mesmos direitos dos funcionários públicos. E exige que o Sindicato (Afuse) convoque uma assembleia para unir os funcionários, e aprovar a luta contra a terceirização e efetivação de todos os terceirizados. ■

**Adquira com o distribuidor: R\$35**

**AS ESQUERDAS NO BRASIL**

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



São Paulo

## POR defende as reivindicações da maioria explorada e a democracia operária na 2ª reunião do Comitê de Lutas

Aconteceu, no dia 21, a 2ª reunião do Comitê de Luta pelas Liberdades Democráticas e Direitos Sociais, chamado pela CSP-Conlutas. A reunião contou com a participação de aproximadamente 20 organizações, entre sindicatos, partidos e movimentos sociais.

A proposta inicial desta reunião, apresentada pelos companheiros da CSP-Conlutas/PSTU, era dar continuidade ao comitê e propor um simpósio para discutir e fazer formação sobre autodefesa. Depois da apresentação inicial, abriu-se para intervenções das organizações.

O POR fez uma intervenção que transcrevemos abaixo. O essencial, no entanto, foi nossa proposta de que o comitê deve orientar-se a lutar pelas reivindicações mais sentidas das massas exploradas, e que as liberdades democráticas devem fazer parte dessas necessidades. A tarefa de lutar por liberdades democráticas, no capitalismo, passa necessariamente por levantar bandeiras que movimentem os trabalhadores. Que coloquem os explorados em luta, com seus próprios meios, com independência de classe, por essas liberdades democráticas. É por esse caminho que o POR entende que as massas vão se movimentar.

Além disso, fizemos a defesa da democracia operária, das

liberdades sindicais e de organização, do direito de greve, etc. A democracia operária tem sido destruída no Brasil, devido a ação burocrática e reacionária das direções sindicais e políticas, que impedem ou tentam impedir a expressão da política proletária, classista e independente. O direito de greve está profundamente comprometido, devido à ação da burguesia e dos governos. Então, se queremos organizar e colocar os trabalhadores em luta por um programa próprio de reivindicações, é preciso lutar pelo direito de organização e sindicalização, bem como defender o direito de que todas as organizações que reivindicam da luta dos trabalhadores possam se expressar livremente.

Diante de nossas propostas, a ideia inicial do seminário foi modificada, para ser uma atividade, em janeiro, que incluía a discussão do caráter e dos eixos principais deste comitê. Um espaço onde as organizações poderão apresentar suas propostas, e que seja possível decidir os rumos dessa organização, com foco não só em enfrentar o bolsonarismo, mas também o governo burguês de Lula, que está se formando.

Avaliamos a atividade como um passo importante e colocaremos todo empenho na construção do comitê, na tarefa de organizar, unificar e colocar o proletariado em movimento.

### Intervenção do POR

Vou dizer aqui as duas ideias principais que discutimos no partido, em relação ao Comitê.

O Comitê se está formando e está colocando como eixo principal a defesa das liberdades democráticas. Eu acho que a discussão que temos de fazer aqui é como vamos fazer essa defesa, porque não é só a vanguarda que faz a defesa das liberdades democráticas, a gente precisa das massas, a gente precisa do movimento, a gente precisa das ruas, a gente precisa dos trabalhadores. Então, a pergunta é como impulsionar os trabalhadores para a luta?

Entendemos que é fundamental que esse Comitê levante um programa de reivindicações para os trabalhadores, e que nesse programa, as liberdades democráticas, sejam parte dele. É difícil movimentar os trabalhadores simplesmente pela defesa das liberdades democráticas, em abstrato. Por mais que aqui entendemos muito bem do que se trata, estamos falando de como movi-

mentar as massas, e aí, nesse sentido, temos de ser muito concretos na defesa desse programa, e o que significa ser concreto? Significa colocar claramente as bandeiras. São as bandeiras principais desse programa: emprego para todos. A questão do salário, que agora está sendo discutido aí, e o PT está fazendo essa proposta miserável de aumentar algumas migalhas de reais o salário mínimo, sendo que o salário mínimo real, vital, necessário para que uma família é de R\$ 6.800,00. A gente

do, essas defesas ficaram em abstrato, porque colocaram: “pelas reivindicações dos trabalhadores, pelos direitos dos trabalhadores”, a gente tem de ser mais concreto, porque, quando o trabalhador ler, vai ver o emprego que ele precisa, vai ver o salário que está arrojado, vai ver os direitos que estão retirados, etc. Então, devemos colocar a ideia de que esse Comitê defenda um programa de reivindicações no qual as liberdades democráticas são parte dele, essa é a primeira ideia.

***Entendemos que é fundamental que esse Comitê levante um programa de reivindicações para os trabalhadores, e que nesse programa, as liberdades democráticas, sejam parte dele.***

tem de colocar essa questão dentro do Comitê, que é a forma de movimentar as massas. É a luta contra as reformas, a reforma trabalhista, colocar isso muito concreto.

Entendemos que, no manifesto cria-

E a segunda é que mesmo as liberdades democráticas também precisam de um conteúdo concreto, não dá para deixar no abstrato. Parte das liberdades democráticas, e talvez a parte principal, é a liberdade de associação, de or-

ganização, a liberdade sindical e isso é muito grave, isso está sendo atacado, e não só pelo bolsonarismo, aí que está o ponto, então, colocar esse Comitê como de combate apenas ao bolsonarismo, estaremos limitando muito, porque as liberdades democráticas de organização, de sindicalização, veja o que está acontecendo com o Mancha agora, veja o que está acontecendo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, estão sendo demitidos 3.600 operários da Mercedes, e quando o POR foi lá, entregar o panfleto, levar uma política para os operários, a burocracia sindical ligada ao PT nos ameaçou, nos agrediu fisicamente, então é desse tipo de coisa que estamos falando, é o partido que está entrando no poder agora, agindo dentro dos mo-

vimentos para calar, para silenciar antes de entrar no poder. Para calar e silenciar uma política divergente, então, a gente precisa colocar dentro das liberdades democráticas que este Comitê está defendendo, e está correto, [temos de] colocar também a liberdade de sindicalização, a liberdade de greve, que no Brasil praticamente acabou, vamos colocar de volta essa pauta tão histórica do movimento operário, que é a liberdade de greve, a democracia operária, que está desaparecida, porque o petismo, principalmente, e seus consortes, seus aliados, têm massacrado a democracia operária, só como exemplo, ontem, no Rio de Janeiro, nós estivemos em uma manifestação chamada pelo MTST, uma manifestação de rua, manifestação

pública, estivemos para apoiar, mas no final na hora de distribuir o panfleto, está aqui o panfleto, que não estava criticando a organização nem nada, um panfleto do movimento negro, eles nos impediram, de forma autoritária, o MTST nos impediu, uma coisa que é absurda, nos impedir de distribuir um manifesto de rua, em um ato de rua, falaram “não, aqui é nossa base, você não pode entregar nada, não”, então é nesse nível que estamos discutindo. A democracia operária está desaparecida, e então, esse Comitê também teria o papel de defender a democracia operária, como parte das liberdades democráticas. Essa seria a segunda ideia que defendemos para discutir aqui com os camaradas.” ■

**São Paulo**

## **Corrente Proletária Estudantil participa de campanha contra o sucateamento da linha de ônibus Terminal Lapa – Rio Pequeno (Butantã)**

A linha 7725-10 (Terminal Lapa – Rio Pequeno) é essencial para muitos moradores da região do Rio Pequeno, dentre outras áreas periféricas no Butantã, em São Paulo. É a única linha que liga essa região ao Hospital Universitário (HU), e muitos dependem dela para acessar a universidade, bem como para trabalhar em regiões centrais da cidade. Contudo, essa linha, que originalmente operava com 7 veículos, passou a ter apenas 3, a partir da Pandemia, e assim se manteve. Sem manutenção, é recorrente o mal funcionamento dos veículos, o que gera reclamações de funcionários da linha e leva muitos usuários a esperarem até duas horas no ponto de ônibus. Diante dessa condição, que é a expressão do sucateamento do transporte público na região do Butantã, muitos usuários da linha, sem apoio das direções estudantis, sindicais e populares, deram início a uma série abaixo-assinados independentes, exigindo melhores condições de operação da linha.

Nesse cenário, a Corrente Proletária Estudantil, intervindo

por meio da frente estudantil na USP constituída em conjunto com outros militantes independentes, Transição de Fase, atuou em uma campanha centralizada, reivindicando, de imediato, que o número de veículos na linha volte a ser 7, e indicando que o que ocorre com essa linha, administrada pela empresa privada Transpass, é resultado da privatização e sucateamento do transporte público. Assim, o movimento imediato em torno da linha 7725 deve servir de ponto de partida para uma mobilização maior em defesa da estatização do transporte público, sob o controle de quem trabalha e estuda.

Em três semanas de campanha, mais de mil assinaturas foram coletadas para o abaixo-assinado, e uma reunião aberta foi convocada para o dia 27/11, pela Transição de Fase, para organizar um ato em frente à SPTrans. O avanço dessa campanha, contudo, depende da adesão das direções estudantis, sindicais e populares da região do Butantã, cuja maioria até o momento permanece omissa. ■

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**

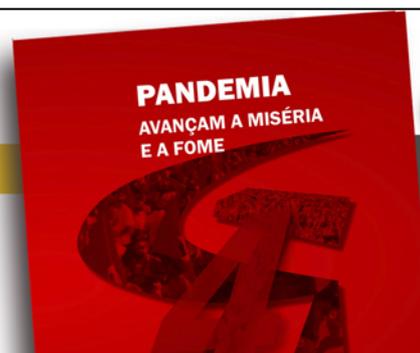
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

**Publicado o livro:**

# **PANDEMIA**

## **AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME**

“ A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



**R\$40**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

São Paulo

*Nota da Corrente Proletária na Educação*

## **Governador recém-eleito foi buscar o privatista Renato Feder para assumir o posto na Secretaria da Educação. Responder com luta, desde já!**

Logo após o anúncio, várias direções de entidades e sindicatos da educação questionaram a indicação do ex-Secretário da Educação do Paraná do governo Ratinho, Renato Felder. Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos, aliado de Bolsonaro, desde a campanha eleitoral, defendeu a privatização dos serviços essenciais. Agora, para formar seu governo, tem corrido atrás de homens inteiramente vinculados à política de entrega das estatais e de parte da saúde e educação. O nome de Renato Feder caiu como uma luva para cumprir esse plano privatista, que não pôde ser concluído no governo Bolsonaro/Paulo Guedes.

O empresário direitista Renato Feder, que esteve à frente da Secretaria da Educação no Paraná, foi escolhido para impor os programas bolsonaristas. Foi o responsável por implementar, entre 2020 e 2022, cerca de 200 escolas cívico-militares e a terceirização (privatização) dos serviços nas escolas. Foi o implementador da farsa do empreendedorismo e educação financeira no currículo escolar. Colocou em prática o ensino a distância (EaD), um sistema de tele aulas para os alunos do ensino médio, para não contratar mais professores, diante da falta em várias disciplinas. Por meio de seu livro, que publicou juntamente com Ostrowiecki, intitulado “Carregando o Elefante: como transformar o Brasil no país mais rico do mundo”, defende que as funções das secretarias da saúde e educação deveriam ser transferidas para agências reguladoras, portanto, para a iniciativa privada. Diante das críticas a seu livro, Feder disse, ao assumir a Secretaria da Educação do Paraná, que havia mudado de

opinião. Mas, na realidade, trouxe a essência de sua posição, que é a privatização, seja por meio do EaD, seja pela terceirização da gestão escolar.

Os trabalhadores da educação do Paraná não se calaram diante do plano privatista de Ratinho/Feder. Ganhamos projeção nacional as greves e manifestações contra as escolas cívico-militares, a escola sem partido e as parcerias público-privadas na gestão escolar. Mas não tiveram força para impor uma derrota ao plano entreguista do governador e seu secretário. O que dependia de uma direção sindical capaz de unificar a luta com os demais explorados. O resultado foi a manutenção do governador bolsonarista, e o deslocamento de seu secretário direitista para iniciar o plano privatista, à frente da maior Secretaria de Educação do país.

Assim que pisou em São Paulo, Renato Feder mostrou para que veio. Repetiu seus feitos privatizantes no Paraná, agradando a cúpula do governo de transição de Tarcísio de Freitas.

Por outro lado, as direções sindicais e educacionais continuaram repetindo suas indignações, e disseram que há um abaixo-assinado nas redes sociais contra a indicação de Renato Feder. A Apeoesp, por meio da presidente Maria Izabel, gravou um vídeo contra a indicação de Feder. Mas, tudo não passa de palavras ao vento. Não há disposição de convocar uma assembleia dos trabalhadores da educação para aprovar o caminho, desde já, contra o plano privatista do novo Secretário da Educação. Uma assembleia que tem a função, também, de combater os critérios para a atribuição de aula e as demissões de professores contratados. ■

São Paulo

## **Carta Aberta às correntes e militantes de oposição no SINPEEM, e aos trabalhadores em geral da rede municipal de ensino**

*Companheiros,*

A plenária que ocorrerá no dia 26 de novembro foi convocada por uma das frentes oposicionistas, formada principalmente pela LOI, Vozes da Base, Independentes da Zona Sul e outros militantes. O setor intitulado de Unidade da Oposição não se pronunciou sobre esse chamado. Nós, do POR, distribuímos um panfleto nas últimas reuniões de RE e do Conselho, que continha um chamado à unidade, rechaçando que a plenária fosse convertida em instrumento de

mais divisão entre nós. Participaremos da atividade com essa linha.

A fragmentação não é uma novidade na oposição. Nossas diferenças políticas não são poucas, e algumas são bastante profundas, indo de questões de caracterização, de concepção, até táticas e estratégicas. Houve momentos de atritos graves, períodos de afastamento entre as forças, enfim, a lista de elementos centrífugos é extensa. No entanto, também é certo que, apesar disso tudo, foi possível manter a unidade em situações

decisivas, como em vários momentos de mobilização, constituindo frentes de ação de grande importância na trajetória da categoria.

O que importa é que a situação, diante da perspectiva de acirramento da crise econômica, exige que a ferramenta política, que é o sindicato, esteja de fato em nossas mãos, e não sob o controle de uma burocracia traidora, como se encontra hoje. É claro que essa exigência vem de tempos. O que dizemos é que o grau de aprofundamento da crise, com

o fortalecimento das tendências bélicas, com o crescimento da miséria, etc., tem obrigado a burguesia a descarregar mais ainda o peso da crise sobre os ombros dos oprimidos.

Muitos na esquerda depositaram e depositam esperanças no novo governo eleito em âmbito federal, mas o fato é que o se constituirá como um governo burguês, refém das frações burguesas oligárquicas e do imperialismo, e que certamente terá de atacar os oprimidos. A contrarreforma administrativa é um dos pontos que poderá avançar sob o governo petista. As indicações da chamada “equipe de transição” em relação à Educação são de aprofundamento do privatismo. Nos âmbitos estadual e municipal, temos a tarefa de enfrentar os direitistas Nunes e Tarcísio.

A crise vem solapando as bases, impedindo qualquer possibilidade de uma política de conciliação de classes no poder. Lula não só não terá como reverter as medidas aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro, como será obrigado a enxugar mais os gastos, seguindo o receituário do capital financeiro, de acordo com a necessidade de garantir o pagamento da dívida pública. É o que vem demonstrando a experiência com os governos ditos de esquerda na Bolívia, Argentina, Chile e em outros países.

Essa análise conduz à necessidade de lutarmos pela independência dos sindicatos em relação aos governos e à burguesia. E conduz também à con-

clusão de que os trabalhadores serão empurrados instintivamente ao combate, retomando a linha que vinha sendo traçada em quase toda a América Latina antes da Pandemia, com os atos multitudinários no Equador, Colômbia, Chile, etc. O que colocará em um nível mais elevado a necessidade da democracia operária e dos métodos da ação direta. Não temos como determinar os ritmos, mas essas são as tendências postas, e podemos antecipar, pela experiência, que a atual direção do SINPEEM constituirá um obstáculo nesse sentido.

Daí a importância de fortalecer o polo oposicionista para derrotar a burocracia sindical. O divisionismo no seio da oposição joga no sentido contrário dessa tarefa, favorecendo a permanência da atual direção. Precisamos dessa unidade oposicionista, atuando nas lutas e comparecendo como alternativa classista na disputa pela direção da entidade. E o que pode servir de eixo para pôr de pé essa frente são justamente as bandeiras de defesa da independência e democracia no SINPEEM. O sectarismo de um lado, e o exitismo de outro, são dois venenos que podem acabar inviabilizando essa unidade. Esse é o perigo real que enfrentamos no momento.

Vale ressaltar que a unidade não implica apagar as nossas divergências. Uma das condições essenciais para a constituição dessa frente é a liberdade de crítica. A Corrente Proletária na Educação/POR sempre atuou no interior da

Unidade da Oposição com independência, preservando suas posições de princípio. Seguiremos com essa linha, trabalhando pela constituição de uma fração revolucionária nos sindicatos, como parte da tarefa de construção do partido marxista-leninista-trotskyista.

Conclamamos as correntes e militantes oposicionistas no SINPEEM a participarem da plenária do dia 26/11, fazendo dela um instrumento de unificação na luta contra a burocracia sindical, em defesa da democracia e independência do sindicato. Essa plenária deve ser um primeiro passo nesse sentido.

A Corrente Proletária atuará nessa plenária, defendendo a independência dos sindicatos diante do governo Lula, exigindo que as direções sindicais e populares convoquem as assembleias para aprovar o caminho da luta pelas reivindicações vitais dos explorados, entre elas, o emprego, salário, direitos, moradia, saúde e educação. Para isso, defenderá que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, que seja um passo para a organização geral dos trabalhadores no combate pelas reivindicações vitais. Também defenderá que a oposição se integre à campanha pelo fim das perseguições e demissões políticas de dirigentes sindicais, a exemplo da campanha contra a prisão de Rodrigo Amorós (dirigente sindical na Bolívia), e pela readmissão imediata de Mancha (dirigente da CSP-Conlutas). ■

São Paulo, 24 de novembro de 2022.

## **Boletim da Corrente Proletária na Educação – Litoral Norte**

O Boletim inicia com a convocação para o ato na Diretoria de Ensino de Caraguatatuba, contra a perseguição aos professores da região. Em seguida, traz uma nota central, mostrando o aumento da exploração do trabalho, a destruição de direitos e a perseguição aos professores, com o título “*Situação Geral das Escolas: ataque aos professores, ao ensino e aos estudantes*”. Eis:

“Diante da necessidade de ampliar o “Novo plano de carreira” e conter as lutas, as Diretorias de Ensino, que aplicam as políticas do governo, vêm desengavetando processos e medidas disciplinares, para perseguir e demitir professores lutadores, aplicando notificações aos professores contratados, sem levar em conta que a renda que temos é a única forma de viver nesse sistema. Querem assim, abertamente, impedir que as lutas e os enfrentamentos aconteçam, desarticulando e atemorizando a categoria de se organizar.

Este ano, aumentaram as perseguições aos professores efetivos, e principalmente aos professores contratados, Categoria O. Medidas Administrativas estão sendo aplicadas, levando professores a responderem processos antigos, das quais sequer tinham ciência, ameaçando com o desemprego e a perda da estabilidade. Os que participaram das paralisações, em março deste ano, contra a aprovação da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022, que Regulamenta a aplicação do falso “Plano de Carreira”, tiveram seus contratos suspensos, alguns foram retomados, outros perderam o emprego. Dessa forma, querem amordaçar os professores, e impedir que uma luta mínima se erga, preferem demitir o professor, e ir contratando outros, de maneira mais precária, à medida que “der”. O número de professores que perdem seus contratos não é contabilizado pelo sindicato, e não há uma campanha efetiva em defesa destes.

A vida funcional dos professores só piorou nos últimos anos. Em 2020, foi aprovada a reforma da Previdência, com regras tão duras quanto as do governo federal. Em 2021, foi aprovada a reforma administrativa, que já vem sendo aplicada, com perseguições e demissões. Não há mais, por exemplo, as abonadas do dia de trabalho, algo que era direito adquirido. E, em 2022, aprovou-se o “novo plano de carreira”, que liquida a estabilidade do professor efetivo, e o ilude com um ajuste salarial cheio de descontos, o qual, além disso, foi transformado em “subsídio” para ficar congelado, defasado, sem o direito aos reajustes anuais. O professor pode ser submetido a avaliações com possibilidade de demissão. O professor categoria O sequer teve direito a optar, foi automaticamente inserido no plano.

Nos meses de outubro e novembro, acontecem as inscrições e atribuições, o grande ataque da Resolução da SEDUC 85/2022, que regulamenta as atribuições, é a conciliação dos acúmulos. A pontuação do professor se torna secundária, diante da opção pela jornada integral. Com o aumento da jornada de aulas nas escolas regulares, com o aumento das escolas PEI de maior tempo, e com preferência de escolha para quem têm jornada integral, as opções serão inviabilizadas, forçando professores a abrirem mão de um de seus empregos. Primeiro, os governos produzem a miséria salarial, que impõe o acúmulo de cargos; depois, impedem este acúmulo, impondo adestramento e condições cada vez piores de trabalho.

Aqui no Litoral Norte, as prefeituras de São Sebastião e de Caraguatatuba também se posicionaram, no sentido de burocratizar o acúmulo dos professores, impondo restrições de carga, não fazendo ajustes de horários nem quebra de blocos de aulas, prejudicando e tornando, na prática, inviável o direito previsto no artigo 37 da Constituição. É preciso denunciar mais uma vez esse ataque dos governos às condições de trabalho e de vida dos professores.

As escolas PEI são um programa excludente, não só diminuem o quadro de professores, como seguram os alunos em jornadas de 9 ou 7 horas. Essas escolas têm poucas matrículas, embora muitas delas tenham capacidade para triplicar o atendimento. Em contrapartida, vemos que escolas menores regulares, com três turnos, estão lotadas. É o caso das unidades nos bairros Perequê/Travessão: E.E. Ângelo Barros tem mais de mil matrículas, e E.E. Vereador

Paes Sobrinho, apenas trezentas matrículas, com o triplo de espaço físico e salas de aula.

Os itinerários formativos são um engodo, servem para superficializar o conteúdo e o ensino, não são nada “inovadores”. Os professores contratados formam a maioria, que tem de dar conta dessas enganações, que rebaixam o conhecimento, e, ao mesmo tempo, são pressionados a fazerem um trabalho “criativo”, com nenhum material e respaldo pedagógico.

Os terceiros anos do ensino médio, em 2023, não terão as matérias da base comum curricular. Estas foram substituídas por esses itinerários, não terão mais química, física, sociologia, história, geografia, filosofia, biologia, só ficarão com português, matemática e inglês. Enquanto, nas escolas privadas, os alunos são preparados, ao menos, para ingressar nas universidades; os estudantes das escolas públicas, sofrem com a destruição mais profunda dos conteúdos escolares.

Professores, alunos, familiares, trabalhadores devemos nos opor às mudanças, e exigir que as diretorias de ensino atendam às necessidades de quem defende a educação e a juventude oprimida. Por isso, chamamos o ato e a necessidade de uma campanha sindical em defesa dos professores e dos alunos, contra as mudanças e o avanço das políticas destrutivas e excludentes. Exigir que os sindicatos saiam do imobilismo e do eleitoralismo e se coloquem no chão-de-escola, por uma campanha efetiva, construída e organizada em assembleia. A APEOESP precisa imediatamente chamar uma assembleia, para discutir e deliberar os rumos da luta a ser travada. Erguer uma campanha de defesa dos perseguidos, demitidos e subempregados. Deve ter como ponto de pauta a defesa de estabilidade imediata para todos os professores, redução das horas de trabalho, redução do número de alunos em sala, principalmente após o quadro pandêmico que enfrentou o mundo recentemente. A aglomeração é o meio de disseminação de vírus; agora, vivemos a insalubridade de salas lotas e contaminadas. Abaixo as perseguições! Fim das escolas PEIs! Oportunidade aos alunos de estudar nos bairros onde moram! Abaixo a atribuição online e por jornada, respeito estatutário à pontuação dos professores! Respeito ao direito de acúmulo dos professores! Por um comitê de luta em defesa da educação pública, científica, acessível em todos os períodos!”

O Boletim da Corrente Proletária traz outras notas, como “As causas da situação da precarização da educação pública”; “Indicação para a Secretaria da Educação de Renato Feder e o avanço da privatização”.

**Revista Proletária na Educação** n° 11 Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

**São Paulo**

**Boletim da Corrente Proletária Secundarista Juventude em Luta, novembro**

O Boletim secundarista inicia colocando que os estudantes não devem ter nenhuma ilusão no governo Lula, que será um governo burguês, e que fatalmente descarregará a crise econômica sobre as massas oprimidas, e atacará a educação. Denuncia as direções das entidades estudantis que alimentam a ilusão e que participam da transição do novo governo. Mostra que os GTs de transição de Educação estão cheio de nomes indicado por empresários, o que aponta que a educação pública continuará sendo atacada em benefício da educação privada. Chama os estudantes a rejeitarem a política de conciliação de classes, a defenderem a luta independente e a educação pública.

Retoma a rica experiência dos secundaristas no movimento de ocupação das escolas São Paulo em 2015, contra o projeto de reorganização escolar de Geraldo Alckmin, então governador. Mostra a importância dessa luta vitoriosa, de aprender com os acertos e também com os erros. O grande acerto foi o método de luta, a ação direta. O erro foi desmontar a organização estudantil após a vitória, o que permitiu com que no ano seguinte o governo implantasse a reorganização através do fechamento de salas de aula. Finaliza com um viva a luta dos secundaristas.

Denuncia o distraционismo criado pela imprensa burguesa com a exaltação do tema de redação do ENEM, "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil", mostrando a hipocrisia burguesa diante dos assassinatos dos indígenas. Chama os estudantes a organizar na luta pelo acesso universal em todos os níveis de ensino, contra os cortes orçamentários, pelo financiamento integral da educação pública, pelo fim do vestibular e pela expropriação de toda a rede privada de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

Finaliza fazendo as campanhas do CERQUI pelo fim da Guerra na Ucrânia e em defesa de Rodrigo Echalar Amorós, dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca, perseguido politicamente pelo governo da Bolívia. E defendendo que as lutas de novembro da Consciência Negra sejam o ponto de partida para unificar a maioria oprimida, para a luta anticapitalista, para lutar por

suas próprias reivindicações: o emprego a todos, aumento geral dos salários, moradia para todos, contra a fome e a miséria, e pela revogação imediata das contrarreformas, que massacram a maioria preta do país.

**Campanha do Boletim Secundarista contra o secretário da Educação, Renato Feder**

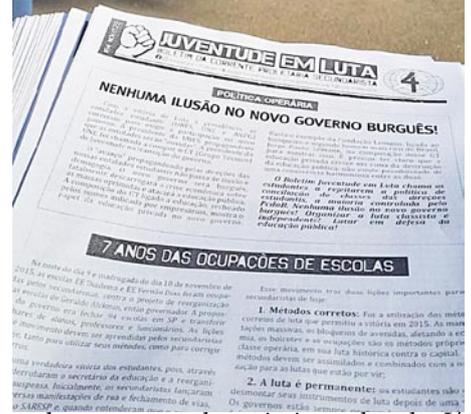
Logo após a divulgação do Boletim de início de novembro, o governador bolsonarista eleito, Tarcísio de Freitas, indicou o privatista Renato Feder para ser o seu secretário da Educação. O direitista Tarcísio foi buscar no Paraná seu aliado para pôr em prática seu plano de privatização. Feder é conhecido por impulsionar o EaD no ensino médio, por impor no currículo disciplinas voltadas à farsa do empreendedorismo, e por ter viabilizado as escolas cívico-militares.

Nesse sentido, desde já, a Corrente Proletária Secundarista defende que as entidades estudantis convoquem as assembleias, e organizem um movimento junto com os trabalhadores da educação, para enfrentar o serviço privatista que ocupará o posto na Secretaria da Educação.

**7 anos das ocupações de escolas de São Paulo**

Na noite do dia 9 e madrugada do dia 10 de novembro de 2015, as escolas EE Diadema e EE Fernão Dias foram ocupadas pelos secundaristas contra o projeto de reorganização das escolas de Geraldo Alckmin, então governador. A proposta do governo era fechar 94 escolas em SP, e transferir milhares de alunos, professores e funcionários. As lições desse movimento devem ser aprendidas pelos secundaristas de hoje, tanto para utilizar seus métodos, como para corrigir seus erros.

O ano de 2015 teve grande importância para a luta de classes no país. Foi o primeiro ano da recessão econômica, com PIB fechando em 3,55% negativo. Era o reflexo definitivo da crise econômica internacional, que se desenvolvia desde 2008. Dilma assumia para um segundo mandato, depois de uma eleição muito dividida, e era obrigada a despejar o peso da crise



sobre as costas da maioria explorada. Já nos primeiros meses, atacou o seguro-desemprego, auxílio doença e pensão por morte, através das MPs 664 e 665. Por outro lado, um golpe de Estado começava a se gestar no seio do próprio governo, e com aval das instituições do Estado, como o STF, Congresso, Fas, etc. Um cenário convulsivo tomava conta do país.

Nos estados, os governadores seguiam a aplicação dos ajustes, através de medidas que afetam diretamente os trabalhadores. Vale comentar de passagem o caso do Paraná, onde Beto Richa (PSDB) realizou uma reforma da Previdência, desfechando uma profunda repressão sobre os professores, marcado pelo massacre de 29 de maio. Em SP, Geraldo Alckmin (PSDB), hoje aliado político do PT, iniciou o ano com um reajuste nas tarifas do transporte público. O movimento social respondeu prontamente com manifestações, desde o dia 9 de janeiro, quando Alckmin reprimiu violentamente a marcha, com mais de 50 prisões. Estava claro que o governo estava disposto a tudo para manter sua política de austeridade. Dois meses depois, veio a greve dos professores do estado, a maior em sua história, que também contou com a violência da polícia de Alckmin, e concluiu sem o reajuste salarial exigido. Parte dos estudantes apoiou ativamente a gre-

ve dos professores. A heroica greve de 92 dias, com métodos radicalizados de bloqueio de vias, como a Marginal Pinheiros, por exemplo, foi uma escola de luta para os estudantes.

As ocupações de escola de novembro e dezembro não foram um raio no céu azul, pelo contrário, fizeram parte do fio condutor da luta de classes no país no estado. Em uma assembleia dos professores, no dia 20 de outubro, o problema do fechamento de escolas foi pautado. A Corrente Proletária na Educação/POR defendeu a consigna “Escola fechada é escola ocupada”, mas uma nova greve da categoria não teve condições de se impor.

Inicialmente, os secundaristas lançaram mão de diversas manifestações de rua e fechamento de vias, boicotaram o SARESP, e quando entenderam que o governo não dava ouvidos, foi a hora de radicalizar e tomar as escolas. Mais de 200 escolas foram ocupadas em pouco mais de um mês, mostrando disposição de luta e organização. Foi uma verdadeira vitória dos estudantes, pois, através da luta, derrubaram o secretário da educação, e a reorganização foi suspensa.

A experiência do ano seguinte mostrou que foi um erro desmontar a organização depois de conquistar a vitória. Ao derrotarem o governo no final de 2015, os

estudantes desmontaram as ocupações e o Comando das Escolas Ocupadas, um organismo de direção do movimento. Além disso, o coletivo “O Mal Educado”, que iniciou as ocupações, se dissolveu, e a UBES, que foi pega de surpresa pelas ocupações, não esteve à altura desse movimento, sendo inclusive rechaçada em diversas escolas. O governo se aproveitou disso em 2016 e, ao invés de fechar escolas, passou a fechar salas de aula. O resultado foi que milhares de salas foram fechadas, que se somadas, superam o número das escolas que seriam afetadas com a reorganização.

Esse movimento trouxe três lições importantes para os secundaristas de hoje:

1. **Assimilação das experiências:** os estudantes assimilaram a experiência dos professores e de outras lutas, como as ocupações estudantis no Chile, em 2006 e 2011. Assim, aos secundaristas de hoje, cabe a tarefa de assimilar criticamente essa experiência, para retirar suas lições práticas, e retomar o caminho da luta;

2. **Métodos corretos:** foi a utilização dos métodos corretos de luta que permitiu a vitória em 2015. O método dos bloqueios, afetando a produção, dos boicotes e das ocupações são métodos próprios da classe operária em sua luta histórica contra o capital. Esses métodos devem ser

assimilados e combinados com a organização para as lutas que estão por vir;

3. **A luta é permanente:** os estudantes não devem desmontar seus instrumentos de luta depois de uma vitória. Os governos estão sempre preparados e organizados para defender os interesses dos capitalistas. A juventude proletária deve estar também organizada e preparada para enfrentar constantemente os governos e a burguesia.

Para isso, o movimento secundarista precisa se ligar ao movimento operário, e lutar pelas reivindicações da maioria oprimida, os empregos, salários, direitos, entre eles, a educação. A experiência também mostrou que a atual direção da principal entidade secundarista, a UBES, não serve aos interesses da maioria, e só tem preocupação com eleições, disputas parlamentares, etc. É por isso que os secundaristas precisam criar uma oposição classista e combativa, para varrer com essas direções traidoras do movimento. Além disso, fica colocada a tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário, que, diferente dos coletivos que são constantemente criados e dissolvidos, vai levar a cabo a luta pelas necessidades imediatas, vinculando-as com as tarefas estratégicas da revolução proletária. Viva a luta dos secundaristas! Viva as ocupações de escolas! Retomar o caminho da luta!

## Paraná

### Por que os estudantes devem se levantar contra a LGU

No final de 2021, o governo Ratinho JR (PSD), aprovou uma Lei Geral das Universidades – LGU, cuja finalidade, ao contrário do que o governo fala, não é o desenvolvimento e aperfeiçoamento das universidades estaduais, mas, a redução de custos, diminuição do quadro de professores e funcionários, e equiparação das universidades públicas às escolas privadas, mediante a redução do seu financiamento, uniformizando “por baixo” o quantum de professores e funcionários, tratando as universidades como se fossem fábricas de parafusos, passíveis de padronizar suas estruturas e funcionamento. Com o pretexto de “equalizar” o sistema universitário, na prática a LGU nivelará por baixo as instituições de ensino superior; determina o fechamento de cursos de acordo com o número de matriculados.

A facilidade com que o governo passou esta lei se deve ao fato das universidades terem abdicado de exercer a sua autonomia. Há muito tempo, desde pelo menos a década de 1990, todas reitorias se alinharam aos governos que passaram, tentando agradá-los com a expectativa de receber alguma migalha em troca. Todas elas, invariavelmente, acataram as diversas ingerências que, ao longo do tempo, se acumularam até formar um arcabouço jurídico administrativo, que torna as universidades apêndices do governo, e não uma instituição autônoma.

É que, para a burocracia universitária – reitoria, pró-reitorias, colegiados, departamentos e conselhos superiores – “autonomia” significa a autonomia deles disporem dos recursos financeiros a seu critério, para realizar a politicagem interna, e favorecer seus grupos de pressão. Contrariamente, defendemos a autonomia como autogoverno, necessário para realizar com independência o ensino, a investigação e a gestão interna de seus recursos, sem interferência do estado ou das forças sociais e econômicas dominantes, que procuram encabrestar esta instituição.

Os departamentos e docentes já começaram a perceber os primeiros impactos da LGU devido à diminuição do quadro funcional. De início, descarregam mais trabalho sobre os docentes temporários (precarizados). Mas não será suficiente. Depois virá – como já se observa em alguns departamentos e universidades – um movimento de ajustamento à nova situação, reduzindo carga horária de currículos, e aumentando a carga de trabalho dos efetivos. Posteriormente, se desatará uma guerra entre os departamentos e centros, pelas poucas vagas de concurso e, finalmente, irromperá uma guerra entre as universidades, em um processo autofágico. Esse percurso será confirmado, caso não ocorra um levante das universidades contra a LGU e pela sua anulação, pela sua revogação.

Entretanto, se depender da burocracia universitária e sua orientação subserviente, não haverá qualquer resistência. Por isso, é fundamental que o movimento estudantil assuma a bandeira de revogação da LGU, e organize um grande movimento estadual contra este ataque à universidade, pois, do contrário, assistirá passivamente à finalização do desmonte destas instituições, ao seu definhamento.

A razão principal do ME assumir esta bandeira é que só o ME pode fazer a defesa da autonomia universitária, não a autonomia formal da CF, nem a autonomia das reitorias usarem os dinheiros como lhes convêm. A autonomia que o ME deve defender é a autonomia como autogoverno, o que significa a defesa do governo tripartite, ou seja, constituído por estudantes, docentes e técnicos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, ao voto universal e à revogabilidade do mandato

por aqueles que o elegeram.

Sem esta perspectiva, será impossível derrotar a LGU, pois, se não se altera o governo da universidade, o Estado poderá corromper a burocracia universitária, dando-lhe alguma migalha para que esta continue realizando a política do governo internamente. Somente um movimento organizado em torno a estas bandeiras e com os métodos de ação direta, pode deslocar a luta para um terreno com chances de derrotar o governo. Os estudantes precisam exigir que o DCE abandone as ações eleitoreiras, e entre na briga contra a LGU! Os estudantes devem trabalhar por reativar o comando geral de luta das universidades, incorporando professores e funcionários em defesa da universidade. Pela Revogação da LGU! Governo Tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária, ao voto universal e à revogabilidade dos mandatos! ■

## Rio Grande do Sul

### **Organizar a luta pela efetivação dos recenseadores do IBGE**

Com o fim do Censo se aproximando, os recenseadores do IBGE se encontram diante da real ameaça de retornar às fileiras do desemprego. Recrutados entre aqueles que não viam a perspectiva do emprego formal, aceitaram condições de trabalho precárias, sem salário fixo e com data de validade, como única forma de subsistência, em um país esmagado pela crise capitalista, que enfrenta fechamento massivo de postos de trabalho e elevação do custo de vida.

Além da falta de perspectiva, a situação é agravada, devido à falta de qualquer estabilidade, possibilitando demissões sumárias, sem justa causa ou aviso pré-

vio, inclusive com indícios de perseguição política. Neste momento, sofrem a pressão pelo aumento da produtividade, visto o atraso da operação censitária, que recai sobre os recenseadores.

Durante o ano, emergiram algumas lutas localizadas, pautadas por pagamentos atrasados, auxílio locomoção, alimentação, aumentos de taxas e afins, que não ultrapassaram a luta fracionada em torno de tais pautas limitadas. Era necessário que o sindicato dos servidores do IBGE organizasse assembleias presenciais de temporários, para que se discutisse a fundo a situação dos recenseadores, como a questão do emprego e do salário, assim como dos

direitos trabalhistas. Mas, os sindicatos e as centrais sindicais estavam empenhados na campanha eleitoral, servindo de palanque para os candidatos burgueses.

Diante do avizinhamiento do desemprego, é urgente que os recenseadores imponham ao sindicato a convocação de assembleias presenciais de temporários, para organizar a luta em defesa dos salários, do emprego e dos direitos trabalhistas. É preciso iniciar imediatamente uma campanha através de colagens e pichações nos postos, em torno da reivindicação de efetivação dos temporários do IBGE, exigindo do sindicato a realização de uma assembleia presencial para organizar a luta.

## 177ª Plenária do Sinasefe

### **Retomada da Plenária Nacional Presencial do Sinasefe**

*Festividades em comemoração à eleição de Lula impedem os servidores de organizarem a luta com independência diante do governo eleito!*

A 177ª Plenária Nacional do Sinasefe ocorreu entre os dias 12 e 13 de novembro, em Brasília. O fórum marcou o retorno das plenárias presenciais que reúne servidores federais dos Institutos Federais e Colégios Militares e Colégio Dom Pedro II (RJ), a última Plenária presencial havia ocorrido em março de 2020. Mas, a direção do PT/ PSOL não dirigiu a Plenária para organização e fortalecimento da categoria, diante de um quadro de aguçamento da crise econômica mundial. O clima da direção era de comemoração, e do lado da mesa ficou a bandeira de Lula/Alckmin.

A Plenária teve como pauta: Avaliação de Conjuntura pós eleição; luta pelo arquivamento da PEC 32; luta pelo reajuste linear dos Servidores Públicos Federais; encaminhamentos do Encontro de Mulheres; ações judiciais encaminhadas pela Direção Nacional e Assessoria Jurídica. A organização dos pontos e distribuição do tempo fez com que a pauta de Conjuntura e Plano de Luta dos servidores fossem aligeirados. A plenária foi distraída pela disputa

aparelhista entre PSOL e PT, enquanto deixavam de encaminhar as propostas de luta e a moção contra a perseguição da professora Perla, que desde setembro foi solicitada pela Corrente Proletária.

Os informes das seções, que deveria servir para apontar quais são os problemas que afetam a categoria, foram utilizados para as direções afirmarem quem foi mais "lulista", e mais subordinou os aparatos sindicais à campanha de eleger Lula para derrotar Bolsonaro. PSOL e PT fizeram falas exitistas e de críticas às posições do PSTU, resgatando o posicionamento diante do golpe e da Lava Jato, para "denunciar" que vacilam em defender o governo Lula. O PSTU utilizou seus momentos de fala para responder às provocações, no lugar de denunciar a demissão de seu militante Mancha pela GM. A prioridade deveria ser defender que a resposta às perseguições políticas pela patronal e governos deve ser respondida pelo conjunto dos trabalhadores com luta, e que a plenária devia estar organizando a luta, e não em festa pela vitória de Lula,

que se juntou inclusive com os golpistas. Com relação à demissão de Mancha, o PSTU apresentou uma moção no final da Plenária, na dispersão e esvaziamento.

Reforma Administrativa – No dia seguinte, foi discutida a PEC 32. Antes da discussão da PEC as mulheres foram convidadas a ir ao Consulado Venezuelano para serem homenageadas (por causa do ato em defesa do Consulado em 2019), o que fez com que uma parte deixasse a plenária. Ou seja, apesar dos discursos sobre a participação das mulheres nos espaços sindicais, no momento de discutir como responder ao ataque da contrarreforma Administrativa, que afeta principalmente nossa estabilidade, as mulheres foram convidadas a não participar. Além do atraso e dispersão pela saída das mulheres, a discussão da PEC também teve seu tempo reduzido para os ilimitados informes do Jurídico, ponto onde é passado para os servidores como se defender juridicamente e individualmente. A direção não tinha disposição de discutir as propostas da base de forma a garantir que a Plenária armasse a categoria para o próximo período. Enquanto a Plenária era enrolada com informes jurídicos, os coletivos Pão e Rosas (PSOL) e 1º de Maio (PT), que fazem parte da direção nacional, se reuniram sozinhos para fazer o “consenso” das propostas. As propostas que não vieram destes coletivos sequer foram mencionadas ou foram embocadas, sem justificativa ou espaço de discussão sobre como colocá-las em prática. Pois, o que interessava para a direção era aprovar a garantia dos atos para a posse do governo Lula/Alckmin, principalmente a caravana em 1º de janeiro.

Sobre a Reforma Administrativa, a direção fez questão de afirmar que Arthur Lira não votará este ano, e que Lula já indicou que não tem interesse por “esta reforma”, indicando que aceitarão mudança de pontos da contrarreforma que virá para destruir os serviços públicos e direitos dos servidores. Informaram que entregaram a pauta de reivindicações dos servidores para Merca-

dante, que já sentem dificuldade de falar diretamente com Lula, por isso defenderam a via de buscar maior “participação” no governo. Resgataram os “atos” de pressão parlamentar em Brasília, indicando que foi assim que impediram sua votação, e que este deve ser o caminho, ou seja, a base pode permanecer passiva, e a direção manterá a política de pressão parlamentar e judicial como forma de responder aos ataques do governo.

Campanha salarial – A bandeira levantada na pauta da Plenária foi de “reajuste linear dos servidores públicos”. Mas, a direção considera apenas o período de perdas sob o governo Bolsonaro, sendo apresentado o índice de 27%. Ou seja, a direção do Sinasefe já aponta como colaborará com o governo eleito, rebaixando a pauta salarial. Alguns servidores questionaram a proposta de 27%, visto que, assim como os 19,99% levantados pelo Fenasefe no início deste ano, os 27% não atendem as perdas, principalmente dos técnicos administrativos. Houve intervenção apontando a importância de atuarmos com independência, e não esquecendo as pautas de defesa das condições de trabalho dos servidores.

O POR atuou na plenária com banca de materiais, distribuição do manifesto e fala. Apontou a necessidade de barrar as manifestações golpistas, sem abrir mão da independência de classe diante do governo eleito. Reafirmamos que a luta para barrar a Reforma Administrativa deve dar-se junto com a revogação das contrarreformas da Previdência, Trabalhista, Reforma do Ensino Médio, Lei de Terceirização, e contra a Emenda Constitucional 95 do Teto de Gastos. Não será possível responder ao ataque aos servidores de forma corporativa. Defendeu a necessidade de construção dos comitês de luta, plenárias unificadas de servidores públicos, empregados, desempregados e estudantes em defesa do emprego, salário e direitos. Defendeu, também, as moções contra a perseguição política à professora Perla pelo governo do estado de São Paulo; e a Rodrigo Echalar, pelo governo da Bolívia, que foram aprovadas.

## Balanco do 14º CONAD Extraordinário do ANDES

### Prevalece o divisionismo aventureiro

Nos dias 12 e 13 de novembro, em Brasília, cerca de 80 delegados e mais de uma centena de observadores se reuniram no 14º CONAD extraordinário, com a incumbência de deliberar sobre um único ponto de pauta: balanço do CONLUTAS, permanência ou desfiliação do ANDES. A deliberação, de desfiliação do sindicato da Central aprovada por maioria, mais de 70% dos delegados, no entanto, é apenas indicativa, pois, a deliberação efetiva cabe ao Congresso, que se reunirá no próximo ano.

Neste CONAD, a diretoria do ANDES apresentou proposta de desfiliação da CONLUTAS, coincidindo neste ponto com a proposta dos setores vinculados ao PT e PCdoB. Por isso, o debate subjacente às intervenções era sobre os passos posteriores à desfiliação, ou seja, ou ir para a CUT ou constituir uma outra central, aumentando o divisionismo. Como era uma deliberação indicativa, prevaleceu a compreensão que esse deveria ser um assunto posterior ao Congresso de desfiliação, mas ficou evidente que, na sequência, se colocará com toda intensidade essa disputa. A realização de um balanço propriamente não foi a preocupação de nenhum dos agrupamentos dessa disputa.

A Corrente Proletária na Educação interveio com a tese que defendia “Rejeitar qualquer nova divisão em relação aos

sindicatos ou às centrais, compreendendo que o movimento docente é parte do movimento geral dos trabalhadores, e não pode ficar isolado; lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária”. Junto a estas teses, posicionou-se contra o divisionismo sindical e contra a volta à CUT por expressar uma disputa aparelhista e não voltada à superação da fragmentação do movimento sindical e operário. Esta posição só foi defendida nos grupos, e não obteve os votos mínimos para ir à plenária.

Prevaleceu dessa forma o divisionismo aventureiro e a briga pelo aparelho.

### Rejeição da moção de apoio ao camarada Rodrigo Echalar Amorós

A Corrente Proletária apresentou ao CONAD a moção de apoio ao camarada Rodrigo Echalar Amorós, para ser apreciada e deliberada pela plenária. Quando a proposta entrou na pauta de votação, foi questionada a pertinência do ANDES apoiar essa moção, de início, devido à pouca informação ou dúvidas sobre as circunstâncias da perseguição se referir a

um “governo popular”. Esse questionamento partiu de elementos do PCB.

Após uma defesa feita pela Corrente Proletária, de que se tratava de um dirigente reconhecido pelas massas chuquisaqueñas e pelos trabalhadores bolivianos, da perseguição ser um meio para coibir as lutas das massas e do companheiro ser um militante do POR boliviano, outras intervenções foram feitas para rejeitar a moção, principalmente a leitura feita por um militante do PCB da carta aberta do Rodrigo, em que se opõe à caracterização de “golpe” contra o Evo Morales a sua queda do governo em 2019. Esta intervenção foi o “grande argumento” para maioria rejeitar a moção e ainda comemorarem ruidosamente.

## Rondônia

### *Corrente Proletária na Educação*

## **Organizar, desde já, a luta contra o governo que se reelegeu**

O coronel Marcos Rocha foi reeleito, se comprometendo a dar continuidade às ações da gestão anterior. Portanto, será de continuidade da política bolsonarista. No primeiro mandato, ampliou as escolas militares no estado, fortaleceu o corredor do Agronegócio, com a abertura da Amacro, conhecida como a nova-velha fronteira do desmatamento, que envolveu acordos entre os governos dos estados do

Amazonas, Acre e Rondônia. Será um governo de continuidade da política de destruição da natureza, em nome do “desenvolvimento” e da expansão do agronegócio, de perseguição aos camponeses pobres, que precisam de terra para sobreviver.

As direções sindicais estão diante de uma enorme tarefa: a de lutar contra o governo direitista e militarista de Marcos Rocha. A passividade acabou

favorecendo a continuidade desse governo, que tem como uma das metas avançar a privatização dos serviços essenciais, saúde e educação.

A Corrente Proletária defende que os sindicatos convoquem as assembleias e aproveem um programa próprio dos explorados e o caminho para conquistá-lo, que só pode ser com os métodos da classe operária, greves, ocupações e manifestações de rua. ■

## **Campanha do POR em defesa do militante trotskista boliviano e dirigente sindical Rodrigo Echalar Amorós, que vem sendo criminalizado pelo governo**

No jornal Massas anterior, publicamos a moção que vem sendo assinada pelos sindicatos, correntes e movimentos no Brasil. Eis: CSP-Conlutas e seus sindicatos; Associação Municipal dos Assistentes de Gestão de Políticas Públicas e Agentes de Apoio de São Paulo – AMAASP; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINDSIFPE do Sinasefe; Sindicatos dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região – SINDPROL-ADUEL; Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia, Região da Mata (SINTERO), Sindicato dos Professores de Rondônia (SINPROF-RO); Associação dos Professores da PRC-São Paulo; Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal –SP; Sindicato Docente ADCAC; Sindicato dos Trabalhadores da Educação- Rio Grande do Norte; Sindicato dos Bancários- Rio Grande do Norte; SINDSEGUR- Rio Grande do Norte; Sindicato dos Trabalhadores da Saúde- Rio Grande do Norte; Sindicato dos Professores Estaduais de São Paulo (Apeoesp)-, subseções Lapa, Mauá, São Miguel, Mogi das Cruzes, Salto; GOI – Grupo Operário Internacionalista e Jornal Palavra Operária.

Nesse momento, mais sindicatos continuam enviando moções. Eis: Fórum dos Sindicatos, Oposições Sindicais e Movimentos

## **Balanço do 14º CONAD Extraordinário do ANDES**

Trata-se, evidentemente, de um alinhamento de todo o reformismo em favor do governo do MAS, que tais correntes precisam apresentar como expressão dos anseios populares, pois, assim como o MAS, eles, aqui no Brasil, expressam essa mesma política pequeno-burguesa de defesa das relações capitalistas de produção travestidos de críticos do sistema. Não por casualidade, estavam todos comemorando durante o CONAD a vitória do Lula. Mas, coube ao PCB o papel mais vergonhoso de apontar um núcleo de divergência fundamental que foi a falácia do golpe, fabricada pelo reformismo, para continuar apoiando o MAS. Ocorre que o Partido Comunista (PC) sustenta o governo do MAS há muito tempo, e é um inimigo jurado do POR boliviano. ■

Sociais do Litoral Norte de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores da Educação –Sinte RN; Sinte-RN, núcleo de São Gonçalo do Amarante.

### **Os companheiros de Rondônia enviam o seguinte relato:**

“Militantes da seção brasileira do Partido Operário Revolucionário (POR) da Regional Norte, especificamente de Rondônia, realizam a campanha de coleta de assinaturas com a moção nos organismos sindicais, onde fazem intervenções. Trata-se da defesa contra todo tipo de perseguição política que vem sofrendo os lutadores dos movimentos sociais, no Brasil e em outros países.

Nesse momento, estamos percorrendo os sindicatos para defender o companheiro da Bolívia, Rodrigo Echalar Amorós, militante do POR boliviano e dirigente da Central Departamental da COB de Chuquisaca, que vem sendo criminalizado pelo governo do MAS, Luis Arce.

Alguns sindicatos e central já assinaram, como o Sindicato dos Professores do estado de Rondônia – SINPROF-RO, Central dos Trabalhadores do Brasil -CTB/RO e da Regional da Mata do Sintero. A campanha continua em defesa de nosso companheiro de luta”

# ENEL anuncia venda de distribuidora de energia no Ceará:

*A tarefa dos explorados é exigir a reestatização sem indenização, sob controle operário*

A multinacional italiana ENEL, detentora desde 2014 da concessão pública da distribuição de energia no Ceará, anunciou, neste final de novembro, a venda de sua subsidiária (Enel Distribuição Ceará), o que deve ocorrer em 2023. Num comunicado público, a empresa justificou que pretende se desfazer de ativos menos lucrativos (entre os quais contam-se, além do Ceará, distribuidoras no Peru e Romênia) para se concentrar nos maiores mercados (Rio de Janeiro e São Paulo), além de mudar sua estratégia de investimentos para energias limpas, e cobrir prejuízos financeiros no mercado europeu no último período.

A entrega da concessão e da rede de distribuição de energia no Ceará à iniciativa privada vem desde 1998, quando o então governador, Tasso Jereissati (PSDB), privatizou a Coelce, Companhia Energética do Ceará. A estatal foi vendida a um consórcio privado por R\$ 775 milhões, e ficou sob controle da espanhola Endesa até 2014, quando foi revendida à italiana Enel. Favorecida por aumentos constantes nas contas de luz, autorizados pela Anatel, a empresa lucrou em 2021, R\$ 488,5 milhões (84% a mais que em 2020), prestando péssimos serviços.

Frente ao anúncio da venda, não houve nenhuma manifestação do go-

verno eleito, Elmano Freitas/PT, sobre o futuro da distribuição de energia no estado. Tudo indica não criará qualquer obstáculo a uma terceira revenda da concessão, favorecendo assim, os interesses dos grupos financeiros privados. A população pobre, ao contrário, tem um profundo ódio pela exploração econômica a que foi submetida para atender a sede de lucros da ENEL. A empresa, campeã de reclamações no Decon, é acusada de cobranças erradas, desligamento indevido, péssimo atendimento e aumentos abusivos da tarifa de energia.

A indignação contra os serviços prestados pela Enel chegou a níveis tão generalizados, que até mesmo parlamentares da direita burguesa têm criticado asperamente o roubo descarado da empresa sobre os consumidores. Tais críticas, de tom marcadamente demagógico, nunca foram além da simples exigência de fiscalização mais rígida. No caso das correntes pequeno-burguesas, como o PSOL, a proposta apresentada de um plebiscito, sobre a reestatização ou não, não faz mais do que reforçar as ilusões democráticas das massas. A primeira tentativa de realizá-lo, em 2015, foi esmagada pela própria base de apoio de Camilo na Assembleia Legislativa. Não satisfeitos, almejam uma nova e

quixotesca tentativa, para 2023. O PSOL convoca os explorados a correrem atrás dos deputados, comprometidos visivelmente com burguesia, para pedir-lhes assinaturas em um decreto legislativo. Por outro lado, a CUT silencia completamente, e acompanha todas as oscilações e discursos do governo. A ideia da convocação de plenárias de base para organizar a luta independente das massas há muito não passa pela cabeça de seus dirigentes.

Como se vê, a dificuldade para que o proletariado ganhe as ruas em um amplo movimento contra a carestia de vida, onde possam unir a defesa dos empregos, salários e direitos à luta pela estatização da companhia energética, está na política infame da colaboração de classes dos sindicatos, das correntes pequeno-burguesas eleitoreiras e das centrais sindicais, integradas à órbita dos governos.

O POR convoca os oprimidos a rechaçarem a conduta traidoras das suas direções e conclama os explorados, que são vítimas da exploração capitalista do trabalho, que sofrem com a inflação, os salários de fome, os aluguéis insustentáveis, o subemprego e a miséria, a lutarem sob a bandeira de estatização imediata da ENEL, sem indenização e sob controle operário.

## 5 anos de implantação da draconiana Reforma Trabalhista

*Campanha nacional pela anulação da reforma trabalhista*

A Reforma Trabalhista foi o grande presente oferecido por Temer aos capitalistas. Aprovada em julho de 2017 pelo Congresso Nacional, entrou em vigor em 11 de novembro do mesmo ano. Na época, sem resistência dos explorados, porque a burocracia sindical, depois da greve geral de abril, desviou o combate para o Congresso Nacional. Portanto, quebrou a via da ação direta para derrubar a proposta de Temer.

No momento de eleger Lula e pedir voto nas fábricas, a burocracia sindical fez discurso pela revogação da reforma trabalhista. Lula, por sua vez, ensaiou também um discurso favorável à forma adotada pelo governo da Espanha, no sentido de revogar alguns pontos e corrigir possíveis lacunas, a exemplo do trabalho intermitente. Mas, rapidamente, silenciou-se sobre o assunto e indicou o Alckmin para tranquilizar os capitalistas. Agora, depois da vitória de Lula, a burocracia sindical voltou a falar de aspectos da reforma trabalhista que deverão ser “re-

visitados”. Entre eles, cita o contrato de trabalho intermitente; remuneração variável sem reflexos em FGTS, Previdência ou férias, DSR e 13º; jornada de trabalho de 12X36 sem garantia de descanso no meio da jornada; terceirização nos setores público e privado sem garantias efetivas; trabalho aos domingos e feriados sem controle; e o negociado prevalecendo sobre o legislado. Como se vê, a burocracia não está disposta a travar uma luta para que o governo de Lula anule a reforma trabalhista. Ao contrário, usando o palavreado dos burocratas, querem “revisitar” aspectos dessa reforma.

A proposta das direções sindicais e de parte do PT é de que Lula deve criar um fórum tripartite (governo, direções sindicais e empresários), para discutir propostas comuns de alteração na Reforma Trabalhista. De antemão, o novo governo sabe que pela via do Congresso Nacional não há possibilidade de mudanças de pontos da Reforma de Temer. E que qualquer

alteração só poderia vir de um consenso (fórum tripartite).

Sabemos que não é possível um consenso entre o capital e o trabalho. Certamente, prevalecerá a vontade dos capitalistas e a submissão da burocracia sindical aos aspectos que os capitalistas poderiam corrigir. Aspectos estes que não alteram a essência da Reforma Trabalhista, que é a flexibilização de direitos e fim de antigas conquistas dos trabalhadores, contidas na CLT.

## Não aos despejos! Sim à entrega imediata de moradias aos sem-teto!

Durante a Pandemia e os meses que antecederam às eleições de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou a suspensão das desocupações. Essa medida foi fartamente usada pelas direções dos movimentos populares, com o nome de “Despejo Zero”, para combater as desocupações autorizadas pelos governos e justiça locais. No entanto, no dia seguinte ao término do segundo turno, o STF se recusou a acatar o pedido de prorrogar as desocupações.

Por outro lado, as desocupações vêm ocorrendo. A violenta reintegração de posse na “Comunidade Maracanã, morro da Kibon, em Santo André, e a resistência dos moradores evidenciam a disposição dos governantes de desocupar os terrenos, derrubar os barracos e jogar na rua os ocupantes. O próprio STF reconhece que são 188.621 famílias que estão na “iminência das desocupações”, que inclui 153.715 crianças e 151.018 idosos.

Não basta denunciar que as ocupações ocorrem em áreas de risco, e que houve um crescimento de 15% de favelas em encostas, na beira de córregos, em locais de vegetação nativa etc. E, quando ocorre uma ocupação em áreas privadas abandonadas, logo vem a lei de defesa da propriedade e a reintegração de posse. É preciso unificar os diferentes movimentos pela moradia e aprovar o caminho da luta coletiva. Não dá mais para ficar atrás de promessas eleitorais.

Nesse sentido, é tarefa das direções sindicais e populares organizarem essas milhares de famílias das ocupações e exigir dos governos eleitos o direito à moradia. Não dá para ficar esperando a reativação de antigos programas de moradias populares, porque a desocupação e a reintegração de posse não vão dar trégua. Está mais do que na hora que os sindicatos assumam um lugar de luta em favor dos movimentos de defesa das condições de existência da maioria oprimida.

A vanguarda com consciência de classe não pode cair na armadilha dos burocratas e do fórum triparte. Não deve silenciar diante da terrível Reforma Trabalhista. Deve exigir que os sindicatos convoquem as assembleias, e aproveem a luta pela revogação integral dessa draconiana reforma da ditadura civil de Temer. Um dos entulhos a que serviu ao golpe de Estado de 2016 terá de ser derrubado pela ação das massas organizadas.

## Cresce a fome e aumenta o desperdício de comida

No Brasil, 33 milhões de pessoas passam fome, e milhões não podem fazer as três refeições básicas ao dia. No mundo, segundo dados oficiais, 828 milhões de pessoas passam fome. Cerca de um terço de todo alimento produzido no mundo é perdido ou desperdiçado, o que daria para alimentar dois bilhões de pessoas. O Brasil é um grande produtor de alimentos, mas tem milhões de famílias na pobreza extrema, que passam fome.

Essa é uma contradição gerada pelo capitalismo: abundância de produção e baixo consumo. Isso é provocado pela contradição inerente ao sistema capitalista: alta potencialidade das forças produtivas e alta concentração de riqueza nas mãos de uma ultraminoria detentora da propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, a produção é social, mas a apropriação é privada.

Sob esse sistema econômico, apesar da grande produção de alimentos, boa parte da população não tem acesso. Como é um sistema que visa ao lucro, toneladas de comida vão para o lixo para assegurar os preços. É o caso dos protestos de produtores que jogam leite, batata, cebola e arroz para forçar a elevação dos preços. Mas, não faltam receitas paliativas vindas de governos reformistas, ONGs e Igrejas, entre elas, as doações de produtos que apresentam defeitos para a venda, a distribuição de sobras de restaurantes e supermercados nas favelas, a concessão de marmitas aos moradores de rua, etc. Mas, como é um problema estrutural do capitalismo, as iniciativas humanitárias são, como dissemos, paliativas.

Na base de uma sociedade onde milhões passam fome, estão o desemprego, o subemprego, os baixos salários, o salário mínimo de fome e as políticas assistencialistas miseráveis, a exemplo dos R\$ 600,00 do Auxílio Brasil.

Nenhum governo burguês poderá erradicar esses graves problemas. Ao contrário, conforme a crise econômica avança, essas chagas sociais se tornam mais graves. Não por acaso, a erradicação da fome e da miséria só virá com o fim da fonte geradora dessa barbárie social, que é o capitalismo. Porém, desde já, a luta contra a fome e miséria passa pelo combate ao desemprego, subemprego, baixos salários, etc. Será por meio da luta direta que os explorados compreenderão a necessidade de pôr abaixo o sistema de exploração e de barbárie social.

## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

São Paulo

## Muita festividade, e ausência das reivindicações dos explorados



A 19ª Marcha da Consciência Negra ocorreu pela manhã, na capital paulista, no dia 20 de novembro. Foi uma passeata com caráter festivo e com forte presença do culturalismo. Um ato relativamente menor, em comparação com anos anteriores. A organização determinou um eixo político vazio para a manifestação: “Por um Brasil e São Paulo com Democracia e Sem Racismo”. O fato de se ter dado depois do resultado das eleições burguesas foi determinante para a definição desse conteúdo, dando à atividade um tom de comemoração, dada a vitória de Lula.

Ao mesmo tempo, havia uma tensão presente, tendo em vista, de um lado, o resultado da eleição para governador, com o direitista Tarcísio vencedor; de outro, pelas notícias da formação do novo governo, distantes das exigências do movimento negro. Esses elementos impuseram um impasse, dificultando à direção do movimento imprimir ao ato um tom mais aberto de celebração. Pesou no ato a ausência das reivindicações mais sentidas dos explorados, em particular as dos negros e negras.

A consequência foi um ato “morno”. Não houve sequer um carro de som – a direção argumentou que a polícia se utilizou de qualquer artifício para impedir a presença do automóvel, o que certamente é uma justificativa que não corresponde, dado que havia várias entidades presentes, com recursos para driblar a situação. Daí as expressões culturais e religiosas de matrizes africanas acabarem assumindo um papel central.

A ideia de que não cabe erguer já as exigências ao novo governo, dando o apoio necessário à governabilidade de Lula, esteve presente claramente. São expressões da ilusão democrática

alimentada pelas direções sindicais e populares. Na prática, essa linha política compromete a independência de classe do movimento frente ao governo burguês que está sendo montado – vale lembrar que há membros de destaque do movimento negro participando da chamada “equipe de transição”. Essa conduta revela a falta de independência de classe do movimento negro.

As projeções indicam um aprofundamento da crise econômica nos próximos anos, e não o contrário. O PT está levantando um governo de coalizão, o que significa que estará na condição de refém das frações burguesas oligárquicas e do imperialismo. As condições materiais para materializar, no poder, uma política de conciliação de classes têm sido solapadas pela crise, cuja explicação se encontra na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, bem como entre aquelas e as fronteiras nacionais. A guerra comercial tem acentuado as tendências bélicas do capitalismo, como se percebe pelo perigoso prolongamento da guerra na Ucrânia.

Esse quadro coloca como perspectiva a piora das condições de vida e, dada a formação histórica de nosso país, permite prever uma onda de novos ataques sobre os negros. Está aí o motivo para que os oprimidos não baixem a guarda, como tem feito a direção do movimento negro. É preciso manter a independência de classe, reunificar os explorados, que saíram divididos do processo eleitoral, e erguer o combate pelas reivindicações mais sentidas, como o emprego, os salários e direitos. O POR participou da 19ª Marcha, defendendo a convocação de um Dia Nacional de Lutas, como forma de preparar a greve geral.

### Pronunciamento do POR

Saudações camaradas, [a] todos os companheiros presentes na 19ª Marcha da Consciência Negra. Nós, do Partido Operário Revolucionário, [estamos] aqui mais uma vez nas ruas defendendo as bandeiras, as reivindicações da classe operária. A classe operária, companheiros, a maioria é negra. A maioria dos ex-

plorados do país é negra, e todos os dados demonstram que a maioria negra é a mais afetada pela exploração, pela opressão do capitalismo. Portanto, camaradas, é importante nesse Dia da Consciência Negra resgatar e levantar bem alto a necessidade de que todos os explorados devemos ter consciência de classe. Quando temos

a consciência de classe, nos levantamos para destruir o capitalismo.

Não podemos continuar lutando de forma isolada, lutando de forma corporativista. Não podemos pensar ou acreditar que a luta pela emancipação dos negros, que a luta contra o racismo, que a luta contra a opressão, será conquistada de forma

isolada, somente com a luta dos negros. A luta contra toda forma de opressão será fruto, será conquistada, com a unidade da classe, com a unidade dos explorados da cidade, do campo, com a classe operária que passa fome, que tem um salário de miséria, em unidade com os negros, porque nas fábricas a classe operária é negra, é branca, é de todas as cores.

Portanto, camaradas, é importante nesse Dia da Consciência Negra tomar consciência de que o capitalismo, fonte de todas as formas de discriminação e opressão, será derrubado pela revolução proletária, com a insurreição armada. É o capitalismo que condena as massas à miséria, à fome e ao desemprego, por isso, será derrubado pela força coletiva dos explo-

rados, sob a direção da classe operária.

Camaradas, é fundamental, que todos – a classe operária nas fábricas, os demais trabalhadores, os estudantes, a população pobre dos bairros – exijam que os sindicatos, os movimentos sociais e as centrais sindicais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, para unificar a classe operária e defender as reivindicações por meio da ação direta. Porque é necessário preparar a greve geral, é com a greve geral que vamos organizar a maioria explorada, nas cidades, nas fábricas e no campo, para impor nossas reivindicações, e enfrentar a as medidas antioperárias e antipopulares dos governos recém-eleitos. Não podemos ter nenhuma ilusão no governo PT/Lula, porque será um go-

verno burguês.

Companheiros, a luta começa desde já. Não podemos aceitar um salário mínimo de miséria, proposto por Lula. Nós, do POR, defendemos o salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores, e que seja o necessário para uma família de quatro pessoas viver dignamente. Daí a importância da organização da luta dos explorados independente do governo. Por isso, é necessário exigir que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, em defesa dos empregos, salários, direitos, moradia, saúde e educação públicas.

Por fim, o POR intervém nessa marcha sob as bandeiras de fim do capitalismo e construção do socialismo.

**Pernambuco**

**Ato esvaziado e sob a estratégia de democratização do Estado burguês**

Organizado pela Articulação Negra de Pernambuco (Anepe) e pela Coalizão Negra por Direitos, com o tema: *“Faremos Palmares de novo: educação, saúde, trabalho e poder ao povo preto”*, a Marcha da Consciência Negra em Recife (PE) foi esvaziada. A concentração ocorreu no Pátio do Carmo, onde, em 1695, a cabeça de Zumbi foi exposta, após seu assassinato. O microfone foi aberto apenas a pessoas negras, demonstrando o corporativismo na segmentação das lutas, com a ideia de que apenas uma pessoa com as características que correspondem a determinada opressão pode fazer a denúncia, quando na realidade qualquer um que entenda a estrutura capitalista e seus tentáculos que se desdobram nas mais diversas formas de discriminação deveria poder expressar-se politicamente no ato. Marcada por manifestações artísticas e religiosas, sobretudo de matriz africana, as falas seguiram centralizando a educação e cultura como via para superação da opressão racial, com raras exceções para algumas que nomeavam o conteúdo classista das opressões, denunciando o desemprego, a fome, a repressão do Estado e negação de direitos, mas, ainda assim, equiparando racismo e capitalismo como estruturas paralelas de opressão.

O ato seguiu em marcha até o Marco Zero, ao som de grupos de afoxé, maracatu e batucadas de coletivos. Um jogral do manifesto feito pela Anepe foi recitado, denunciando a opressão capitalista, as discriminações, desemprego e violências, as denúncias estavam subordinadas ao programa de democratização do Estado, por meio da inserção das massas negras em mais espaços de poder e oportunidades educacionais e profissionais.

O ato foi muito menor do que o de 2021. Chamou a atenção a pouca adesão de movimentos sociais, nem mesmo o MNU estava presente. A ausência de partidos e sindicatos, que habitualmente constroem a celebração dessa data, expressou o imobilismo das correntes reformistas que, se já eram burocratizadas e contrarrevolucionárias, se acomodaram ainda mais daqui para frente, devido à vitória de Lula nas últimas eleições. A ausência do chamado



às ruas se liga às ilusões de que o cenário, em 2023, sob o governo petista, será favorável às massas oprimidas, basta ocupar cargos e disputar os rumos do governo por dentro.

O bloco do MST estava ausente, mas Rosa Amorim, do MST/Levante, recém eleita deputada estadual pelo PT, exaltou a vitória de Lula e alimentou as ilusões de que o novo governo burguês poderá enfrentar o racismo: *“Quero dizer que hoje é um dia de resistência muito simbólico. Esse dia, ele não iria ecoar com tanta força (...) se, no dia 30 de outubro, nós não tivéssemos elegido Lula presidente. A vitória do presidente Lula foi, também, do povo negro do nosso Brasil, que foi imprescindível nessas batalhas nos últimos quatro anos de luta contra o fascismo, contra o genocídio, contra o racismo, que era o projeto que estava governando esse país. Irmãs, irmãos, nós podemos agora respirar, porque Bolsonaro e seu projeto foi para a lata do lixo, do esgoto,*

*do bueiro, da história. Mas, os nossos desafios continuam, Lula vai ter um grande desafio, eu vou dizer um deles: nós, o povo negro, a gente não quer apenas ser assistido com políticas públicas, nós devemos estar nos espaços de decisão do futuro governo Lula, para que a gente possa tomar as rédeas do nosso futuro.”*

As falas também alimentaram a ilusão de que a emancipação do povo negro se dará dentro da política burguesa, por meio de representatividade negra em cargos no parlamento e pelas vias jurídicas, clamando por punição e justiça, apaziguando assim o necessário radicalismo das massas negras, e desperdiçando a oportunidade de direcionar a luta instintiva à organização independente e revolucionária. Fica nítido como a nefasta influência do burocratismo burguês afetou as direções do movimento negro, que, em troca de leis e reformas, vendem o inegociável legado revolucionário de líderes como Zumbi, que foi assassinado por não

abrir mão da liberdade de escravizados, em troca de conciliação com o governo de Dom Pedro II, rei de Portugal.

O POR atuou no ato através da distribuição do manifesto “*Que o 20 de novembro seja o ponto de partida para a unificação e organização dos explorados em defesa de suas necessidades*” e colagens de cartazes. Fez uma fala defendendo as reivindicações imediatas da população negra e dos demais oprimidos, de empregos, salários e direitos, e convidando todos a adotarem as bandeiras de unificação da luta de todos os explorados, através de seus métodos próprios, sem nenhuma ilusão na democracia burguesa, na conciliação de classes, evocando a memória da incapacidade dos governos anteriores do PT protegerem as massas negras da discriminação racial e da violência policial. Defendeu a via da revolução proletária como único meio para emancipação do povo negro, pondo fim ao capitalismo.

## Rio de Janeiro

# DIVISIONISMO E AUTORITARISMO MARCAM A DATA

O Dia da Consciência Negra, no Rio de Janeiro, expressou o profundo divisionismo e burocratismo a que estão submetidas as massas exploradas, particularmente as massas negras, que são maioria absoluta nesse estado. Entre os dias 19 e 20 de novembro, aconteceram 4 atos na cidade, todos com baixa participação popular. Dois no sábado, um no monumento a Zumbi, na Av. Presidente Vargas, e outro em Madureira, a Marcha da Periferia. A mudança na data só pode ser explicada pelo fato de as organizações que convocam os atos se submeterem a outros calendários, como o da abertura da Copa e o Enem (que seria só na parte da tarde), ambos no dia 20. No dia 20, mais dois atos: um em Niterói e outro na Zona Sul, chamado publicamente pelo MTST. O POR decidiu participar deste último.

O divisionismo expresso nessas 4 manifestações mostra o atraso político imposto às massas negras cariocas. Enquanto a tarefa central para o movimento social é a unificação, para enfrentar os ataques que a crise capitalista impõe à maioria oprimida, as organizações trilham o caminho da divisão burocrática.

A manifestação convocada pelo MTST começou com poucas pessoas, e uma hora de atraso, o que fez com que alguns, que aguardavam no local e horário previstos, fossem embora. Aconteceu no Leblon. A explicação da organização é pelo fato deste bairro ter o metro quadrado mais caro do Brasil. O problema está em que não abriram para falas políticas, não levaram aparelho de som, nem panfletos, enfim não levaram nada que servisse à luta contra a opressão capitalista sobre a maioria da população negra. A simbologia de se manifestar no metro quadrado mais caro do Brasil ficou apenas na cabeça dos dirigentes.

O POR convocou e compareceu disciplinadamente no horário. Realizamos a marcha do posto 10 ao posto 11, onde seria feito um fechamento. Quando distribuíamos o nosso manifesto “*Que o 20 de novembro seja o ponto de partida para a unificação e organização dos explorados em defesa de suas necessidades*”, pouco depois, uma dirigente do movimento nos abordou, tentando impedir a distribuição do Manifesto. A primeira reação da militância porista foi de surpresa, já que vimos isso muitas vezes nas portas de fábrica, onde a burocracia sindical acredita que os operários são sua propriedade privada, e tentam impedir a divulgação de

uma política divergente, mas em uma manifestação pública, de rua, aquilo era novidade.

As justificativas para tal ato antioperário foram as mais estapafúrdias, como “legal que estão apoiando, mas guardem o material de vocês, respeitem o MTST, aqui é nossa base”; “no MTST não permitimos a distribuição de materiais de partidos”, etc. Como se vê, agiram de forma reacionária, tal qual a burocracia sindical mais corrompida que ataca a democracia operária, impedindo que a base tenha acesso às diferentes posições políticas que possam se manifestar no movimento. Vale destacar que o único material na manifestação era o nosso. O máximo que fizeram foram levar adesivos da Frente Povo sem Medo para distribuir.

Os militantes poristas responderam à altura, para todos que estavam próximos ouvirem: “Isso é muito grave! É um ataque à democracia operária! Esse é um ato público, vocês não podem impedir que a política proletária de se expresse! Vocês estão nos expulsando da manifestação!”. A burocrata, que sequer tinha lido o material, fez questão de responder que não se tratava de uma expulsão, e que nós éramos bem-vindos, mas sem o material.

Na prática, a direção do MTST expulsou o POR da manifestação, pois, ao tentar censurar nosso manifesto, estava impedindo o POR de expressar sua política. O Partido Operário Revolucionário é um partido-programa, não existe desvinculado da linha política que aplica nas manifestações, nas fábricas e outras atividades em que participa. Dizer que os militantes são “bem-vindos” no ato, mas que nossa política não, significa concretamente expulsar o partido da atividade. Apesar disso, o prejuízo não foi grande, já que os militantes tinham distribuído o manifesto para quase todos os presentes.

A democracia operária consiste na ideia de que as diferentes posições políticas que reivindicam da luta dos trabalhadores possam se expressar livremente no seio da classe. Numa manifestação, a direção não pode proteger suas posições políticas por meio da repressão, que é típica da política e do Estado burguês. Todas as correntes podem e devem apresentar suas posições em relação ao problema colocado, através de seus boletins, manifestos ou falas. Uma direção cuida da organização, mas não é dona do movimento. A democracia operária é aquela em que a classe ope-



rária e os demais oprimidos participam ativamente da construção, decisão e execução da luta política. Assim, se garante a unidade na luta, mesmo tendo diferenças e divergências entre as correntes políticas participante. A decretação de que nas manifestações do MTST os partidos em geral não podem se manifestar é contrária à democracia operária. Somente os partidos burgueses devem ser marginalizados, uma vez bem caracterizado o seu conteúdo de classe, oposto ao dos explorados. A democracia operária é oposta à democracia burguesa, cuja essência corresponde à ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

Essa experiência em si parece não ter grande transcendência. Mas é fundamental como experiência para a vanguarda com consciência de classe. Deve ser assimilada e compreendida, pois, é uma

manifestação da crise de direção revolucionária do proletariado. Expressa assim a tarefa de arrancar dos movimentos, sindicatos, entidades estudantis etc., as direções burocratizadas, reacionárias e traidoras, que tratam suas bases como feudos, como sua propriedade privada. Um movimento de trabalhadores por moradia é profundamente progressivo, na situação em que milhões não têm casa, mas só poderá cumprir um papel efetivo, se não estiver nas mãos de direções reformistas e conciliadoras, que como tal desvincula a luta pela moradia do movimento operário e dos demais oprimidos. O Partido Operário Revolucionário chama as correntes que se reivindicam da luta pela emancipação dos trabalhadores a condenarem essa tentativa de impedir a militância porista de distribuir o seu Manifesto.

## Rio de Janeiro

# Operação da PM de Castro no Dia da Consciência Negra deixa mortos e feridos

No dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, a Polícia Militar ocupou as comunidades do Jacarezinho, do Mandela e de Manguinhos. Completavam-se três dias em que a comunidade do Jacarezinho, na zona norte, era ocupada pela PM, com intensa troca de tiros entre traficantes e policiais, além de quatro blindados circulavam pela comunidade. No dia 20, a operação da PM deixou 6 baleados e um morto. Dentre os baleados, estão duas adolescentes de 13 anos de idade.

Nove escolas foram fechadas, comércios não puderam abrir, trabalhadores foram impedidos de trabalhar, crianças seguiam deitadas no chão da própria casa, para evitar serem baleadas, e muitos estudantes que fariam o ENEM nem conseguiram sair de casa. Um estudante relatou que escutou os tiros durante o exame, fez a prova "correndo" para não voltar à noite para a região, e que a preocupação com seus familiares pode ter afetado sua nota. Na segun-

da-feira, a PM ampliou o policiamento na região e realizou operações no Quitungo e Guaporé, em Brás de Pina, Morar Carioca, Bandeira 2, Rato Molhado e em Del Castilho, todos bairros da Zona Norte.

No dia 19, um dia antes, completaram-se 10 meses do programa Cidade Integrada, uma nova versão das UPPs, que têm tomado as comunidades da cidade e os bairros periféricos. O programa tem tido aprovação entre os moradores da Zona Sul, enquanto tem revelado medo e insegurança pelos moradores dos morros e favelas.

A população das comunidades e favelas é, em sua maioria, preta. O que torna essas operações no dia 20 de novembro ainda mais simbólicas. Cláudio Castro ainda nem começou seu segundo mandato, mas já mostra que vai manter sua política com mãos de ferro sobre os explorados, tudo em nome do espantinho da chamada "guerra às drogas". As massas oprimidas, em geral, e as negras, em particular, se-

guem desamparadas de organizações de luta que possam responder à altura esse massacre cotidiano.

No Rio de Janeiro, ocorreram quatro atos da Consciência Negra entre os dias 19 e 20, indicando o grau de divisionismo no movimento social, além do caráter festivo e cultural, muito pela influência da vitória de Lula nas eleições. Enquanto isso, as massas pretas são alvo de tiros dentro de suas casas, algo que pouco foi mencionado nas manifestações. O essencial é que esses atos não foram capazes de ser o ponto de partida da organização e unificação dos trabalhadores por suas próprias necessidades, entre elas a violência policial. É tarefa da vanguarda com consciência de classe no Rio e em toda parte, trabalhar por construir direções classistas e revolucionárias nos sindicatos, nos movimentos populares e entidades estudantis. Só assim, será possível uma resposta classista e independente dos governos burgueses.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / 📞 (11) 95446-2020

## QUE O DIA 20 DE NOVEMBRO SEJA O PONTO DE PARTIDA PARA A UNIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS EXPLORADOS EM DEFESA DE SUAS NECESSIDADES

Novembro é considerado o mês da consciência negra. É quando se lançam diversas campanhas contra o racismo e acontecem as tradicionais “Marchas da Consciência Negra”, no dia 20. A referência está no dia da morte de Zumbi dos Palmares, que foi assassinado pelos soldados a mando do rei de Portugal, Dom Pedro II, em 1695. Na situação em que se encontram as massas negras, em 2022, o 20 de novembro deve ter um claro caráter de denúncia de suas condições de vida e existência, além de ser o ponto de partida para a organização da maioria oprimida do país, em sua luta por suas necessidades.

Foi nesse mês de novembro que o Brasil concluiu um longo processo eleitoral, que, do ponto de vista político, não meramente formal, se iniciou já em 2021, com o movimento pelo “Fora Bolsonaro – Impeachment”. O POR participou deste movimento, trabalhando por sua construção, sem deixar de fazer as críticas, apontando que se tratava de uma bandeira burguesa de substituição de um governo burguês por outro, e que nada tinha a ver com as reais necessidades das massas. Para o PT, no entanto, era uma forma de desgastar Bolsonaro, para capitalizar nas eleições, era assim uma continuidade da política aplicada desde o início da Pandemia.

Diante do vácuo deixado pelo movimento social, na Pandemia, gestaram-se duas respostas políticas burguesas, voltadas a manter os trabalhadores atomizados e dispersos. De um lado, a política burguesa reacionária de Bolsonaro, que consistia em negar a existência do vírus e suas consequências. De outro, a política burguesa do “Fique em casa”, dirigida por Doria e apoiada pelos movimentos, centrais sindicais e entidades estudantis, que consistia na passividade das massas, e na confiança de que o parlamento resolveria o problema.

É bom destacar que o movimento negro organizado não apresentou uma resposta independente, mesmo diante da virulência bem maior da doença sobre os pretos e pretas. Pelo contrário, se sujeitou às direções reformistas e conciliadoras. A realidade mostrava que as duas variantes da política burguesa iriam fracassar, os explorados, em geral, e os pretos, em particular, pagariam um preço alto, por não reagirem em defesa de uma resposta e programa próprios. Vimos que a burguesia se mostrou incapaz de proteger as massas, e se aproveitou da crise sanitária para despejar o peso sobre as costas da classe operária e da maioria oprimida. Basta ver o amplo acordo para aprovação da MP 936, que suspendeu contratos e reduziu salários em nome da manutenção dos empregos, que se mostrou um embuste, já que milhões foram demitidos.

Mesmo com a tática eleitoral de longo desgaste do governo,

o PT precisou encabeçar uma candidatura de frente ampla, que se foi tornando mais ampla, conforme as eleições se aproximavam. A escolha de Alckmin para o cargo de vice foi só a ponta do iceberg, o ingresso mais direto do capital financeiro, setores do agronegócio, setores oligárquicos controlados pelo MDB e PDT etc., foram somando-se à frente ampla, para darem vitória a Lula. O fundamental é que a eleição de Lula, por mais que as esquerdas insistam em falsificar, não representou, e não representará, a garantia de melhora nas condições de vida da maioria. Cabe, agora, a tarefa de unificar a maioria oprimida

do país, em torno de um programa próprio de reivindicações. Trata-se de unir empregados e desempregados, pretos e brancos, tenham votado em quem for, para organizar um movimento que tenha como eixos os empregos, um aumento geral dos salários, a moradia para todos, o fim das contrarreformas trabalhista e previdenciária, etc.

Os governos eleitos, todos eles, estão obrigados a atacar os direitos e condições de existência dos trabalhadores. O processo de transição de governo tem sido o coroamento de todo esse período. As equipes de transição, dirigidas por nomes ligados ao capital, têm mostrado que será um governo completamente subordinado aos interesses da minoria exploradora, para manter o saque sobre o trabalho, e sustentar o parasitismo do capital.

Uma diferenciação deve ser feita. A equipe de transição do setor de “Igualdade Racial”, convocada por Lula/Alckmin, é dominada por representantes do movimento social, como Douglas Belchior e Thiago Tobias, da Coalizão Negra por Direitos, Iêda Leal, do MNU, etc. Essa equipe se tem iludido com a promessa de criação de um Ministério da Igualdade Racial, mas tudo indica que será apenas uma Secretaria. Se, por um lado, esses grupos fizeram parte da construção da campanha da frente ampla, e agora retiram o seu quinhão, por outro, o novo governo garante que os representantes do capital controlem os setores estratégicos, como Economia, Educação, Planejamento, Orçamento e Gestão, etc. O fundamental é que isso indica que parte considerável do movimento social, incluindo os principais representantes do movimento negro (MNU e Coalizão), servirão de sustentáculo ao governo.

Quando dizemos que os governos estão obrigados a atacar os trabalhadores, significa que estão condicionados pelo seu caráter de classe, burguês, e pela crise econômica internacional, que se reflete no Brasil. A crise, que já se vinha desenvolvendo antes da Pandemia, ganhou força, e está longe de ser resolvida. A guerra na Ucrânia é o principal fator de aprofundamento da crise neste momento. Além da bárbara destruição



de forças produtivas, incluindo aí os trabalhadores russos e ucranianos, tem feito os preços subirem internacionalmente, principalmente os alimentos e a energia. Os Estados Unidos, com o seu objetivo de prolongar a guerra ao máximo, para debilitar a Rússia, não se importa com o agravamento da crise mundial. É nessas condições que o imperialismo segue saqueando as semicolônias, drenando suas riquezas e bloqueando qualquer possibilidade de crescimento.

A crise internacional, inevitavelmente, vem manifestando-se no Brasil, principalmente provocando a alta do custo de vida. A inflação bateu dois dígitos, e os salários não acompanharam. Depois de uma breve queda, voltou a subir. As famílias pretas e pobres são as que mais sofrem. Pagaram com as demissões em massa no último período, e muitos são obrigados a viver da informalidade. Hoje, pagam com a fome e a miséria, a falta de moradia e de trabalho, sem falar da discriminação que sentem na pele todos os dias.

No Brasil, essa tendência recessiva está na base da piora das condições de vida das massas negras, em geral, e do aumento do racismo, em particular. Por aí, também, se explica o avanço do conservadorismo da classe média, principalmente, a camada que é empurrada para a defesa chauvinista dessas pequenas posses, o que amplia suas ações racistas, xenofóbicas, etc. O aumento das violências verbais e físicas contra os pretos e pretas contou com o apoio direto do presidente da República, Jair Bolsonaro, e dos setores ultrarreacionários, que cresceram no controle do Estado. No entanto, o curso dos acontecimentos tem mostrado que a derrota de Bolsonaro nas urnas não vai frear as tendências reacionárias, entre elas a da opressão racial.

É justamente nesse mês que estão ocorrendo milhares de demissões no ABC, em SP, somente na Mercedes, são 3.600 operários, que serão postos no olho da rua, nas próximas semanas. Diante dessa situação, o sindicato dos Metalúrgicos do ABC, dirigido pelo PT, tem conciliado com a multinacional alemã em torno às indenizações. Enganam os operários com indenizações, como se o desemprego não fosse a pior desgraça na vida da família trabalhadora. Na verdade, os operários estão sendo demitidos, e passarão a fazer parte de um enorme exército industrial de reserva, uma massa de desempregados e subempregados que não encontram recolocação em um mercado restringido pela crise estrutural do capitalismo. Como podemos ver, a conciliação se manifesta na esfera de governo e na esfera sindical, está aí a necessidade da organização e luta com independência de classe.

São essas condições objetivas que explicam a piora na situação de vida das massas negras. Em primeiro lugar, a piora na sua situação concreta, maioria sem emprego, com os salários arroxados, maioria entre aqueles que não têm moradia ou pagam aluguel, etc., além da piora nos casos de discriminação e injúria racial. O caso de SP é exemplar: nos seis primeiros meses do ano, já foram registrados mais casos de discriminação racial, que o total registrado nos dois últimos anos. Alguns casos ganharam destaque, e acabaram sendo amplamente divulgados pela mídia, revelando o profundo atraso social imposto pelo capita-

lismo apodrecido. Um desses casos de grande projeção foi em Sergipe, onde Genivaldo de Jesus, preto e pobre, foi morto pela Polícia Rodoviária Federal, numa espécie de câmara de gás improvisada na própria viatura. Os governos se fazem de santos, condenam essas ações e punem, quando muito, os indivíduos envolvidos. Assim, mascaram que se trata de um problema crônico, que só poderá ser revolido demolindo a estrutura social capitalista, e construindo uma nova no lugar, socialista.

A classe operária e os demais trabalhadores brasileiros são compostos por maioria negra, entrelaçada com milhões de brancos explorados, formando assim a maioria nacional oprimida do país. Sua história de opressão tem raízes que se encontram no período de escravidão e sua transição para a escravidão assalariada. Aí estão os dois fundamentos que nos permitem caracterizar que a opressão racial é uma manifestação da opressão de classe. E que, sendo assim, só será eliminada na luta histórica do proletariado para derrubar o domí-

nio do capital, e construir um modo de produção superior, fruto da revolução e ditadura proletárias.

O Partido Operário Revolucionário, neste 20 de novembro, se dirige aos explorados, como um todo, e aos negros, em particular, para defender que as Marchas da Consciência Negra sejam o ponto de partida de uma luta organiza-

da, independente e classista, contra todos os governos burgueses que se formaram nas últimas eleições, e que não tardarão a despejar a crise capitalista sobre nossas costas, garantindo os bilhões de lucro e a manutenção da alta concentração de riqueza em mãos da burguesia. Essa organização deve se dar através da formação de comitês de luta nos bairros, escolas, universidades, nas fábricas e outros locais de trabalho. Devemos trabalhar para que os sindicatos e movimentos rompam com a política de conciliação de classes, e preparem a luta desde já, exigindo dos governantes eleitos, e, em especial, do governo Lula, que atendam as reivindicações dos explorados. Devemos levar a sério a luta para que nenhum trabalhador preto seja discriminado no trabalho, na rua, nos bairros, enfim, em qualquer meio ou situação social. Só assim poderemos arrancar vitórias, com nossa força coletiva.

***(...) a opressão racial é uma manifestação da opressão de classe. E que, sendo assim, só será eliminada na luta histórica do proletariado para derrubar o domínio do capital...***

***Viva a sobrevivência heróica das massas negras no capitalismo!***

***Que sua luta instintiva se transforme em luta consciente pela tomada do poder, pela constituição de um governo operário e camponês, pela expropriação da burguesia, pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e pela construção do socialismo!***

***Viva a luta histórica da classe operária contra a burguesia!***

***A emancipação dos negros oprimidos será obra da emancipação de todos os trabalhadores da escravidão capitalista!***

**Nesta edição:**

- **CERQUI:** *Bolívia* - Masistas covardes empenhados em reprimir o trotskismo.
- **China:** Viva a luta dos operários da Foxconn!
- **COP-27:** Teatralização da COP-27.
- A guerra da Ucrânia e o problema da paz.
- **Lênin:** Informe sobre a Paz.



## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Bolívia****Masistas covardes empenhados em reprimir o trotskismo**

A poderosa mobilização dos professores de La Paz conseguiu arrancar seus dirigentes dos cárceres do governo, mas o processo aberto contra eles continua seu curso. Já foram intimados para a reconstituição dos fatos da fase investigatória.

Seu crime é o de terem entrado no Ministério do Trabalho forçando uma porta, e instalar a greve de fome, exigindo que o governo liberasse os recursos da Federação, depois de aguardar por seis meses o reconhecimento por parte do Ministério da nova direção urmista do magistério, e do Banco União não permitir as assinaturas da nova direção, até que o Ministério do Trabalho reconheça oficialmente a nova direção. Uma retaliação grosseira e torpe contra uma direção revolucionária, que eles não conseguiram e não poderão dobrar.

Em Sucre, neste sábado, 25 de novembro, o Tribunal decidirá abrir um processo contra o dirigente da COD de

Chuquisaca, Rodrigo Echalar Moros, acusado pelos acontecimentos de novembro de 2019, que levaram à queda do governo de Evo Morales, após 21 dias de protestos de múltiplos setores da população, indignados com a fraude eleitoral nas eleições gerais de outubro de 2019.

O POR combate o MAS desde o primeiro dia em que chegou ao governo, apoiado no sentimento de reivindicação nacional da Bolívia indígena, pela condição camponesa indígena de Evo Morales.

Assinalamos que o indígena Evo Morales, ao declarar seu respeito à grande propriedade privada burguesa, desenvolveria uma política a serviço dos exploradores, contra os trabalhadores de profundas raízes indígenas. Que toda a sua verborragia “revolucionária” e “anti-imperialista” era pura impostura. Os fatos se encarregaram de confirmar nosso prognóstico.

Nos acontecimentos de novembro de 2019, o POR esteve nas ruas, fazendo com que a rebelião popular contra Evo Morales alcançasse uma solução revolucionária que superasse a impostura masista, diferenciando-nos da ultradireita liderada por Facho Camacho, que finalmente prevaleceu, devido à ausência da classe operária, que não conseguiu se livrar da influência masista, embora não tenha saído para defender o governo do MAS para evitar sua queda.

Sob a bandeira “Nem Mesa, Nem Evo, Nem Facho Camacho”, conclamamos os trabalhadores e todos os oprimidos a se independizarem dos conspiradores da velha direita, que logo mostraram sua face horrorosa cheia de ódio racista, corrupção desenfreada, e de radical pró-imperialismo.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 2724, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

**China****Viva a luta dos operários da Foxconn!**

Os operários da fábrica de iPhones Foxconn, localizada em Zhengzhou (província de Henan, China), se levantaram em uma luta radicalizada contra a gestão da empresa. O estopim foi o anúncio pela fábrica de que não mais pagaria as bonificações que havia prometido. Para agravar, os operários ficaram confinados em alojamentos em que, entre eles, havia contaminados pela Covid.

A fábrica da Foxconn em Zhengzhou é a maior planta de iPhones do mundo. Contrata cerca de 200 mil operários, e produz mais de 50% de toda a produção mundial da Apple de iPhones. A fábrica conta com incentivos fiscais do governo local e central, e está localizada próximo ao Aeroporto Internacional, facilitando a

exportação das mercadorias. Na área da fábrica, também foi construído uma cidade dormitório para os mais de 200 mil operários.

O conflito se iniciou quando os operários, no dia 23 de novembro, se dirigiram à gestão da empresa para cobrar explicações sobre a suspensão das bonificações. Os gerentes, ao invés de comparecerem, acionaram a polícia. Um forte aparato de repressão se deslocou para a área da fábrica, com policiais com vestimentas brancas anti-COVID, cassetetes, escudos e gás lacrimogêneo para reprimir o movimento. Os operários não se deixaram intimidar, e a massa conseguiu corajosamente resistir à repressão e expulsar os policiais da fábrica.

Finalmente, a multinacional taiwanesa se viu obrigada a voltar atrás. A greve, tudo indica, conseguiu o que os operários exigiam. Resultou em uma importante vitória. É com o método da ação direta, a unidade coletiva e a disposição de resistir à violência patronal, que os assalariados se defendem da exploração capitalista, e avançam em sua organização independente. É bem provável que o governo, regido pelo Partido Comunista Chinês, burocratizado até a medula, interferiu para que a empresa voltasse atrás. A superexploração da força de trabalho generalizada tende a potencializar o instinto de revolta de milhões de chineses, que são vítimas do processo de restauração capitalista.

A luta dos operários da Foxconn traz uma grande lição para o movimento operário. Quando a classe operária se une, é capaz de resistir à repressão e lutar pelas suas reivindicações. O que podemos ver, nesse primeiro dia de luta, é que, diante do agravamento da exploração capitalista, a classe operária é capaz de reagir com seus próprios métodos, passando, mesmo que momentaneamente, por cima do aparato do Partido Comunista da China e do aparato burocrático e repressivo do Estado. O fato de ocorrer na maior fábrica de iPhones do mundo, terceirizada da multinacional estadunidense Apple, tem

## Teatralização da COP-27

A única medida que foi considerada um passo à frente da COP-27, em relação às anteriores, foi a “pactuação” de um “fundo de perdas e danos para os países mais vulneráveis”. Desde 2009, as potências se comprometeram com esse fundo, mas cumprido apenas parcialmente. A nova pactuação, no entanto, permaneceu nas intenções. O seu objetivo anunciado é o de preservar o meio ambiente, onde ainda foi pouco degradado. Essas condições se encontram em países de economia atrasada e semicoloniais.

A preservação de florestas, que sustentam o ecossistema, é um dos grandes problemas que, no capitalismo, não há como se cumprir. Nesses biomas, estão grandes reservas de riquezas naturais, que os exploradores capitalistas não podem respeitar. As potências industriais e comerciais têm interesses estratégicos nos países e regiões em que a anarquia capitalista da produção não chegou ao ponto de saqueá-las completamente, ou que pouco saquearam. A Amazônia é o caso mais relevante, por suas dimensões e diversidades.

O imperialismo procura ocultar seus interesses econômicos e geopolíticos em controlar os biomas que ainda restam, valendo-se da pantomima da proteção ambiental, que anualmente se dramatiza nas COPs.

A devastação da natureza, provocada pela anarquia da produção capitalista, chegou a tal ponto que as cargas de emissões de monóxido de carbono e outros gases aceleram o processo natural de mudança climática. Medidas acordadas entre os 200 países que compõem a COP, de reduzir o uso de carvão, não alteraram significativamente os fatores do desequilíbrio climático. Esse é o caso mais comentado, que deveria servir de exemplo para os combustíveis fósseis em geral. Enquanto funcionarem como meio para a máquina capitalista de produção, vão perdurar.

A meta de mudança de matrizes energéticas depende dos interesses capitalistas, que concorrem entre si, à procura da lucratividade e da acumulação de capital. Os setores que têm muito a ganhar com as “novas matrizes energéticas” expressam as necessidades econômicas do imperialismo. Ao mesmo tempo, provocam dissonância entre si, uma vez que os poderosos trustes, que controlam a exploração das fontes fósseis de energia, têm muito a lucrar. E são esses mesmos trustes que terão de migrar para as tais fontes renováveis.

um peso significativo para os operários do mundo inteiro.

A classe operária tem demonstrado grande disposição de luta. Recentemente, temos visto greves na Europa, contra o aumento do custo de vista. No entanto, a ausência de direções revolucionárias comparece como um obstáculo para que esses fortes movimentos da classe operária se convertam em uma ponte para a estratégia da revolução proletária. T tamanha disposição de luta dos operários chineses atesta mais uma vez a necessidade de reconstruirmos o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Certamente, o PC Chinês e a burocracia estatal se utilizarão de todos os mecanismos de repressão para acabar com o movimento e perseguir as jovens lideranças. Faz-se necessário que os partidos, sindicatos e movimentos se coloquem pela solidariedade internacional, e pela vitória dos operários da Foxconn! É parte dessa luta o empenho em organizar os explorados de cada país em torno das reivindicações e da estratégia da revolução proletária internacional.

### *Toda solidariedade à luta dos operários da Foxconn!*

Com a guerra na Ucrânia, evidenciou-se o óbvio lugar estratégico que ocupa o petróleo e gás. E a utilização da energia nuclear, que estava relativamente desprestigiada, poderá ser reequacionada pela Alemanha, que vinha desacelerando suas usinas de processamento do urânio. É nesse marco que mais uma COP naufragou, em meio a discursos demagógicos e cínicos de “mitigação dos gases de efeito estufa, adaptação tecnológica aos impactos das emissões, e compensação aos países menos poluentes garantida pelos países que mais poluem”.

As discussões e os acordos da COP dependem inteiramente dos interesses dos monopólios e trustes de energia. E, como tal, não poderia ser tomada nenhuma medida que apontasse um caminho de “mitigação” dos gases que causam o efeito estufa. A atmosfera continuará a ser afetada por toneladas e toneladas de monóxido de carbono e metano, que tendem a crescer, e não a diminuir.

Os partidos reformistas burgueses e pequeno burgueses, mais uma vez, se mostraram apegados a esses convites promovidos pelas potências. Contribuem com o fetiche das novas matrizes energéticas e da “produção verde”, artesanal, familiar e indígena. Esses desejos celestiais de preservar o que resta da natureza, sob um suposto capitalismo racionalizado, planejado e humanizado, se esvaem e se desmoralizam em cada festividade da COP.

O capitalismo elevou às alturas a anarquia da produção social. Sob a forma da propriedade privada dos meios de produção, da exploração das massas que formam a maioria oprimida e do saque imperialista, o regime social burguês desenvolveu e potenciou as forças produtivas mundiais em gigantesca escala. A sua fase última, que é a imperialista, entretanto, corresponde ao seu esgotamento histórico, ou seja, ao declínio, degradação e barbárie.

Eis por que, ao mesmo tempo em que se discursava na COP-27 sobre a preservação da humanidade, agrava-se a guerra na Ucrânia e aumentavam-se os perigos de se ampliar o confronto para toda a Europa, o que poderia envolver o uso das armas nucleares. Aí temos um retrato, em tamanho grande, da decomposição do sistema capitalista, que deve ceder lugar ao socialismo.

A classe burguesa já cumpriu, além da conta, o seu ciclo histórico. Deve ceder lugar ao proletariado, responsável pela preservação de todas as conquistas da humanidade, e por alcançar a socie-

dade mais avançada, alicerçada no modo comunista de produção e de distribuição. O capitalismo da época imperialista é de transição ao socialismo. É a época das guerras, revoluções e contrarrevoluções. É a época das revoluções proletárias. Nenhuma vitória da contrarrevolução poderá modificar esse curso da história.

## Nove meses da guerra na Ucrânia

# A guerra da Ucrânia e o problema da paz

Diante da prolongada guerra na Ucrânia, provocada pelo cerco imperialista à Rússia, e diante da opressão nacional praticada pelo Estado russo restauracionista ao povo ucraniano, bem como pelas possibilidades de desmembramento da nação oprimida, colocou-se para a classe operária a tarefa de levantar uma bandeira própria, ou seja, uma bandeira que nenhuma das partes beligerantes, apesar das diferenças de posições que levaram à guerra, pode encarná-la. A bandeira de paz sem anexação é a resposta da classe operária e da maioria oprimida, tanto da Ucrânia, Rússia, quanto de toda a Europa.

Por ser uma resposta de classe, voltada a pôr fim à guerra, implica a unidade dos explorados contra os exploradores e toda a forma de opressão nacional. A bandeira de paz sem anexação não pode ser verdadeiramente assumida, nem pelo imperialismo, nem pelo Estado russo. O que quer dizer que, se a classe operária não se levantar unida contra a guerra e em defesa de sua estratégia histórica de superação do capitalismo, não haverá uma solução progressiva.

Essa conclusão se baseia na experiência da luta revolucionária na 1ª Guerra Mundial, em que a classe operária russa, sob a direção do bolchevismo, encarnou e materializou a bandeira de paz sem anexação. Essa luta para pôr fim à guerra, desencadeada pelas forças do imperialismo, permitiu que o partido bolchevique, sob a direção de Lênin, elaborasse os fundamentos programáticos do proletariado, diante das guerras que emergem do capitalismo em sua fase última, que é imperialista.

Publicamos, abaixo, o momento crucial em que o governo soviético, que acabava de se constituir, colocava em prática a bandeira

## Informe sobre a Paz

A questão da paz é candente, um grande problema do momento. Muito se falou e se escreveu sobre o tema, e todos vocês, sem dúvida, discutiram não poucas vezes. Permiti-me, pois, ler uma declaração que deverá tornar-se pública pelo governo eleito por vocês.

### DECRETO SOBRE A PAZ

O governo operário e camponês, surgido da revolução de 24-25 de outubro, que se apoia nos soviets de deputados operários, soldados e camponeses, chama todos os povos beligerantes e seus governos a iniciarem imediatamente as negociações para uma paz justa e democrática.

Por uma paz justa e democrática, pela qual aspira a esmagadora maioria da classe operária e dos trabalhadores de todos os países beligerantes, esgotados, atormentados e agonizados pela guerra. Uma paz que os operários e camponeses russos vêm exigindo, categórica e insistentemente, desde a derrubada da monarquia czarista, por uma tal paz, o governo entende uma paz imediata, sem anexações (isto é, sem conquista de territórios alheios, sem incorporação violenta de nações estrangeiras) e sem indenizações.

O governo da Rússia propõe que uma paz deste tipo seja

A destruição da natureza pelo saque capitalista corresponde à destruição do homem. Mas, não há problema humano que o homem não resolva. Esse homem existe e se sintetiza no proletariado como classe revolucionária, que expropriará a burguesia e abrirá caminho para a sociedade comunista.

de paz sem anexação. É preciso ter claro que essa resposta proletária à guerra de dominação corresponde aos fundamentos do direito à autodeterminação e à separação das nações e povos oprimidos.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) tem realizado uma campanha com as bandeiras: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas na Europa e no mundo, revogação das sanções econômico-financeiras dos Estados Unidos e aliados à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Vem mostrando os perigos da guerra ultrapassar as fronteiras da Ucrânia, e se generalizar em um confronto direto das potências com a Rússia. E que somente a classe operária unida e em luta pode derrotar a ofensiva do imperialismo e acabar com a opressão nacional do Estado russo sobre a Ucrânia.

A profunda a crise de direção revolucionária emergiu nessas condições de escalada militar na Europa. O que dificulta compreender a necessidade de o proletariado se erguer com seu programa e sua estratégia socialista. É o que dificulta também compreender que a bandeira da paz sem anexação é própria do programa e da política da classe operária diante das guerras de dominação. O CERQUI, no entanto, não se furtou a defender o fim da guerra, sob a bandeira da paz sem anexação, sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN.

O documento publicado na sequência, formulado por Lênin, certamente nos ajudará a melhor entender o conteúdo de classe da guerra na Ucrânia, e a solidez das respostas que vêm sendo dadas pelo CERQUI.

*Lênin, 26 de outubro de 1917*

acordada imediatamente por todas as nações beligerantes, e se declara disposto a tomar agora, sem protelação, todas as medidas necessárias, até a ratificação definitiva de todas as condições para uma paz semelhante, por assembleias autorizadas dos representantes do povo de todos os países e de todas as nações.

De acordo com o sentido de justiça dos democratas em geral, e das classes trabalhadores em particular, o governo entende por anexação ou conquista de territórios alheios toda incorporação a um Estado grande e poderoso de uma nação pequena ou débil, sem o desejo ou consentimento explícito, clara e livremente expresso por essa nação, independentemente da época em que ocorreu essa incorporação violenta, independentemente também do grau de civilização ou de atraso da nação anexada pela força a um determinado Estado ou mantida pela força dentro de seus limites; e independentemente, por último, de se a referida nação se encontra na Europa ou em longínquos países ultramarinos.

Se uma nação qualquer é mantida pela força dentro dos limites de um Estado, se, apesar de seu expresso desejo – não importa se este desejo foi expresso na imprensa, em reuniões públicas, em resoluções dos partidos ou em protestos e insurreições contra a opressão nacional – não lhe é dado o direito de decidir as

formas de seu regime estatal por votação livre, realizada depois da retirada total das tropas da nação conquistadora ou, em geral, mais poderosa e sem exercer a menor pressão, semelhante incorporação é uma anexação, isto é, conquista e violência.

O governo considera que continuar esta guerra pela partilha, entre as nações fortes e ricas, das nacionalidades débeis por elas conquistadas, é o maior crime contra a humanidade, e declara solenemente a sua resolução de assinar imediatamente as condições de paz que coloquem fim a esta guerra, nas condições indicadas, que são justas igualmente a todas as nacionalidades, sem exceção.

O governo declara, ao mesmo tempo, que de modo algum considera como um ultimato as condições de paz acima mencionadas. Em outras palavras, que está disposto a considerar quaisquer outras condições de paz, e insiste somente que sejam apresentadas, o mais rapidamente possível, por qualquer país beligerante, e que nas proposições de paz deve haver absoluta clareza, e total ausência de ambiguidades e segredos.

O governo suprime a diplomacia secreta, e manifesta firme intenção de levar a cabo todas as negociações, abertamente, à vista de todo o povo; imediatamente, publicará integralmente os tratados secretos, apoiados ou acordados pelo governo dos latifundiários e capitalistas, desde fevereiro até 25 de outubro de 1917. O governo proclama a anulação incondicional e imediata de todas as cláusulas desses tratados secretos que tendem, como ocorre na maioria dos casos, a proporcionar vantagens e privilégios aos latifundiários e aos capitalistas russos, e a retenção ou ampliação das anexações realizadas pelos grão-russos.

Ao propor aos governos e aos povos de todos os países a iniciarem imediatamente as negociações públicas de paz, o governo, de seu lado, manifesta sua disposição de realizar estas negociações por escrito, por telégrafo, ou mediante negociações entre os representantes dos distintos países, ou em uma conferência desses representantes. Com o objetivo de facilitar estas negociações, o governo designa o seu representante plenipotenciário diante dos países neutros.

O governo propõe a todos os governos e povos de todos os países beligerantes um armistício imediato, e de sua parte, considera conveniente que o armistício seja acordado por período não menor a três meses, isto é, um período suficientemente longo para concluir as negociações de paz com a participação dos representantes de todos os povos e nações, sem exceção, envolvidos na guerra ou obrigados a participar dela, e a convocação de assembleias autorizadas de representantes dos povos de todos os países para a ratificação definitiva das condições de paz.

Ao dirigir essa proposição de paz aos governos e aos povos de todos os países beligerantes, o governo operário e camponês da Rússia se dirige, em particular, aos operários com consciência de classe das três nações mais adiantadas da humanidade, dos três Estados mais importantes que participam da guerra atual: Inglaterra, França e Alemanha. Os operários destes três países prestaram os maiores serviços à causa do progresso e do socialismo; proporcionaram os magníficos exemplos do movimento cartista na Inglaterra, de uma série de revoluções de importância histórica realizadas pelo proletariado francês, e, por último, da luta heroica contra a lei de exceção na Alemanha e do trabalho prolongado, tenaz e disciplinado de criar organizações proletárias de massa da Alemanha, trabalho que serve de exemplo aos operários de todo o mundo. Todos estes exemplos de heroísmo proletário e de atividade criadora histórica são uma garantia de que os operários desses países mencionados compreenderão o dever que hoje enfrentam, de libertar a humanidade dos horrores da guerra e de suas consequências, de que esses operários, com a sua atividade múltipla, decidida, abnegada e enérgica,

nos ajudarão a realizar a paz exitosamente, e, ao mesmo tempo, libertar as massas trabalhadores e exploradas de toda forma de escravidão e de toda forma de exploração.

\*\*\*

O governo operário e camponês, criado pela revolução de 24-25 de outubro, que se apoia nos soviets de deputados operários, soldados e camponeses, deve iniciar imediatamente as negociações de paz. Nosso chamado deve dirigir-se aos governos e aos povos. Não podemos ignorar os governos, porque isso postergaria a possibilidade de realizar um acordo de paz, e um governo popular não pode atrever a negar-se. Mas não temos o direito de não nos dirigir, ao mesmo tempo, aos povos. Em todas as partes, há desacordos entre os governos e os povos, e, por isso, devemos ajudar os povos a intervir nos problemas da guerra e da paz. Insistiremos, naturalmente, com nosso programa integral de paz sem anexações, sem indenizações. Não nos apartamos dele, mas não devemos dar a nossos inimigos a possibilidade de dizer que suas condições diferem das nossas e que, conseqüentemente, é inútil estabelecer negociações conosco. Sim, devemos privá-los dessa posição vantajosa, e não apresentar as nossas condições em forma de ultimato. Por isso, inclui-se um ponto que indica que estamos dispostos a considerar todas as condições de paz, todas as proposições. Vamos considerá-las, mas isso não significa necessariamente que as aceitaremos. Vamos submetê-las à consideração da Assembleia Constituinte, que terá plenos poderes para decidir que concessões se podem fazer ou não. Combatemos a enganação dos governos que, em palavra, falam de paz e de justiça, mas que, na realidade, travam guerras de conquista e de rapina. Nenhum governo dirá tudo que pensa. Nós, no entanto, estamos contra a diplomacia secreta e atuaremos abertamente, à vista de todo o povo. Não fecharemos os olhos diante das dificuldades, e nunca o fizemos. A guerra não pode acabar simplesmente renunciando-a; não pode acabar unilateralmente. Propomos um armistício de três meses, mas não rechaçaremos um período mais breve, a fim de que, ainda que seja por pouco tempo, o exército exausto possa respirar livremente; além disso, em todos os países civilizados se devem convocar assembleias populares para a discussão das condições da paz.

Ao propor um armistício imediato, nos dirigimos aos operários com consciência de classe dos países que tanto fizeram pelo desenvolvimento do movimento proletário. Dirigimo-nos aos operários da Inglaterra, onde existiu o movimento cartista; aos operários da França, que demonstraram, em repetidas insurreições, todo o vigor de sua consciência de classe; aos operários da Alemanha, que lutaram contra a lei antissocialista e criaram poderosas organizações.

No manifesto de 14 de março, chamávamos a derrubar os banqueiros; mas, longe de derrubar os nossos próprios banqueiros, nos aliamos a eles. Agora, temos derrubamos o governo dos banqueiros.

Os governos e a burguesia farão todos os esforços possíveis para unir suas forças e afogar em sangue a revolução operária e camponesa. Mas, os três anos de guerra são uma boa lição para as massas: o movimento dos soviets em outros países, a sublevação da frota alemã, que foi esmagada pelos junkers do verdugo Guillermo II. Devemos lembrar, por último, que não vivemos no centro da África, mas na Europa, onde as notícias se difundem com rapidez.

O movimento operário triunfará e preparará o terreno para a paz e o socialismo. (aplausos prolongados e calorosos)

*(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)*